



Cinara Fontoura Dorneles Machado

**ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES FRENTE AO CENÁRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REGIÃO DO ALTO JACÚ/RS**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta – RS, 2016

Cinara Fontoura Dorneles Machado

**ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES FRENTE AO CENÁRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Claudia Maria Prudêncio de Mera

Cruz Alta – RS, Março 2016

Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCHS
Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

**ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES FRENTE AO CENÁRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS**

Elaborado por

Cinara Fontoura Dorneles Machado

Como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre
em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Claudia Maria Prudêncio de Mera _____ UNICRUZ

Prof.^a Dr.^a Milena Silvester Quadros _____ IFRS/UFRGS

Prof.^a Dr.^a Tamara Silvana Menuzzi Diverio _____ UNICRUZ/MPDR

Prof.^a Dr.^a Jana Koefender _____ UNICRUZ

Cruz Alta-RS, 04 de março de 2016.

AGRADECIMENTOS

São muitas pessoas a quem tenho que agradecer neste momento. Na verdade, quando penso neste mestrado, vejo que se realizou aquilo que parecia impossível.

Mas meu primeiro reconhecimento e agradecimento vem para Deus e meu querido São José, que foi alvo de minhas orações e novenas durante todo o percurso. Não foi por minhas forças ou minha inteligência e sim, por ajuda de um poder maior que eu.

Ao meu diretor de imagem e fotografia preferido, meu esposo Fernando, que nos momentos de sufoco e desânimo, incentivou-me a continuar. Além disto, foi meu companheiro de idas a campo e coleta de material.

À Giovana minha filha, que sempre foi minha companheirinha nos sonhos e também nos devaneios.

À minha orientadora, Professora Claudia, pela sabedoria, carinho, simplicidade que teve comigo durante esta jornada. Sei que fui um desafio para sua orientação, mas creio que farei jus a sua dedicação.

Aos colegas de aula, com quem tive o privilégio de conviver e trocar experiências. E também aos professores do Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta pelos ensinamentos.

À PROSUP/Capes pela bolsa de estudos, fazendo com que tivesse mais tempo e tranquilidade para dedicar-me à pesquisa.

À Mitra Diocesana de Cruz Alta, pelo apoio e incentivo para dedicar-me inteiramente aos estudos e garantindo o espaço para continuar meu trabalho solidário junto às comunidades quilombolas da região.

À Cáritas Brasileira – Regional Rio Grande do Sul, pelos desafios lançados e contribuições em minha vida pessoal e profissional.

Um agradecimento carinhoso à minha mãe Elizabeth, pelo incentivo ao estudo e exemplo de conduta e também por ser uma lutadora e defensora da justiça social. Agradeço também ao meu pai Deodolino, já falecido, mas que está presente em minha memória e coração. Sua seriedade e o desejo que fôssemos pessoas do bem, contribuiu em minha busca para ser uma pessoa melhor, todos os dias. Obrigada mamãe, obrigada papai.

E por fim, não menos especial, quero agradecer carinhosamente aos integrantes da Comunidade Quilombola de Júlio Borges, pela acolhida, a convivência, os aprendizados. A convivência com vocês me fez uma pessoa melhor. Valeu muito! Dona Cucha, a Nega, a Nida, a Nerci, Seu Emilio, a Angelica, a Elza, tia Elia, Rose, Luci, Pretinha, Salete, Seu Adão, Dona Maria, e tantos/as outros/as que estão em minha memória.

A todos(as), meu mais sincero agradecimento!

RESUMO

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES FRENTE AO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REGIÃO DO ALTO JACUÍ/RS

Autor: Cinara Fontoura Dorneles Machado

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Maria Prudêncio de Mera

Este estudo busca desvelar as estratégias de reprodução socioeconômica da Comunidade Quilombola de Júlio Borges, frente ao cenário de desenvolvimento agrário da região do Alto Jacuí/RS. A comunidade, *locus* deste estudo está localizada no interior do município do Salto Jacuí, sendo composta por 36 famílias remanescentes de escravos. Desde o final do ano de 2014 a comunidade recebeu a autorização do governo Estadual para ocupação de uma área de 211 hectares, para dar prosseguimento na sua trajetória enquanto grupo social. Buscou-se, caracterizar o desenvolvimento agrário da região do Alto Jacuí; caracterizar a comunidade quilombola de Júlio Borges; analisar as transformações e tendências de organização produtiva das famílias quilombolas e identificar quais as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares quilombolas desta comunidade. Participaram da pesquisa 35 famílias, moradoras da Comunidade de Júlio Borges. Após a pesquisa bibliográfica, para a coleta de dados foram aplicados questionários direcionados às famílias quilombolas, e como técnica complementar a observação de campo e realização de grupos focais abordando temas de interesse na pesquisa. Grande parte dos quilombolas, apesar de produzirem os produtos culturalmente tradicionais e enraizados no saber fazer quilombola, buscam garantir incremento na renda com trabalho em atividades fora da comunidade em granjas vizinhas, seja como diaristas nas plantações de fumo, ou na extração de pedras ágatas. Com a ampliação do território, houve também um aumento da área de produção dos alimentos que até então já faziam parte da realidade desta comunidade, como a mandioca, batata doce, milho, feijão, amendoim, bem como, alguns agricultores optaram por introduzir o cultivo da soja. A reprodução socioeconômica dos agricultores quilombolas se materializa através do contato com a terra, a busca do bem-estar da família, as relações de reciprocidade, troca e solidariedade. No entanto, ao optarem por outro modo de produção, no caso, a produção de soja, estarão sujeitos à lógica das empresas que regem as transações do agronegócio regional, tendendo a perda da identidade quilombola, tornando-se agricultores familiares integrados ao mercado capitalista.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola. Desenvolvimento Agrário. Agricultura familiar. Identidade Quilombola

ABSTRACT

SOCIOECONOMIC GROWTH STRATEGIES IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY JÚLIO BORGES FACING THE AGRICULTURAL DEVELOPMENT SCENARIO FROM ALTO DO JACUÍ REGION

Author: Cinara Fontoura Dorneles Machado

Advisor: Professor Doctor Cláudia Maria Prudêncio de Mera

This study aimed to reveal the socioeconomic growth strategies of the Quilombo Community Júlio Borges facing the agricultural development scenario of Alto do Jacuí region. The community, the *locus* of this study is located within Salto Jacuí city, consisting of 36 families remaining from the slavery period. Since the end of 2014 the community received permission from the state government to occupy an area of 211 hectares, in order to give further in its path as a social group. It was also attempted in order to further study, characterize the agricultural development of Alto Jacuí; characterize the quilombo Júlio Borges; analyze the productive organization of changes and trends of quilombo families and identify the social and economic growth strategies of the family farmers of this community. There were 35 families participating, living in the community Júlio Borges. After bibliographic research, to collect data, questionnaires were given to quilombo families, and as a complementary technique to field observation and conducting *focus* groups on topics of interest in research. Much of the quilombolas, despite producing culturally traditional products and rooted in the quilombola know how to do, seek to ensure increase in income looking for work outside the community activities, either as day laborers in tobacco plantations, or the extraction of agate stones and also farms nearby. With the expansion of the territory, there was also an increase in the production area of the items that until then were already part of the reality of this community, such as cassava, sweet potatoes, corn, beans, peanuts, and some farmers have chosen to introduce the cultivation of soybeans. It can be said that the way how the socioeconomic growth of the quilombolas farmers is through contact with the earth, the pursuit of family well-being, relations of reciprocity, solidarity and exchange. However, to chose another mode of production, in this case, soybean production will be subject to the logic of the companies ruling the transactions of regional agribusiness, tending to loss of quilombo identity, making the farmers become integrated into the capitalist market.

Keywords: Quilombo community. Agrarian development. Family farming. Quilombo identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fotografia com vista aérea da comunidade Quilombola de Júlio Borges/Agrovila	12
Figura 2 - Área de Lazer na Comunidade Quilombola - Balneário da Rose.....	44
Figura 3 - Idade dos moradores da Comunidade Júlio Borges.....	45
Figura 4 - Escola Municipal Padre José de Anchieta (esquerda) e Salão Comunitário Igreja Católica (Comunidade São José à direita).....	46
Figura 5 - Nível de escolaridade dos moradores da Comunidade Júlio Borges – Salto do Jacuí/RS.....	47
Figura 6 - Membro da Comunidade e o pão de panela feito à base de milho	49
Figura 7 - Plantio manual do milho pelas mulheres quilombolas	51
Figura 8 - Agricultor lavrando a terra com utilização dos bois de arado para plantio de amendoim	52
Figura 9 - Trabalho coletivo realizado por um grupo de agricultores	53
Figura 10 - Pulverizador feito por agricultor quilombola para.....	53
Figura 11 - Detalhamento da produção agrícola e porcentagem de produtores que cultivam o alimento	54
Figura 12 - Agricultor quilombola mostrando a produção de soja.....	56
Figura 13 - Lavoura de soja no território.....	56
Figura 14 - Criação de frangos/galinhas nas áreas residenciais	57
Figura 15 - Situação das residências dos moradores	61
Figura 16 - Situação das residências dos moradores	61
Figura 17 - Palanque demarcando a divisão de lotes na “área nova”	65

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Produção animal demonstrando o tipo de produção e o número de exemplares na comunidade.....	58
--	----

LISTA DE SIGLAS

CEP – Conselho de Ética em Pesquisa

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa

COTRIEL – Cooperativa Tritícola de Espumoso

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FURG – Fundação Universidade de Rio Grande

INCRA – Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PROAAF – Programa de Ações Afirmativas do Governo Federal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema de pesquisa	13
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo geral	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
2 AGRICULTURA QUILOMBOLA: REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA.....	19
3 DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ALTO JACUÍ E A INSERÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JÚLIO BORGES NA REGIÃO	31
3.1 Desenvolvimento agrícola e agrário da região do Alto Jacuí	31
3.2 Distribuição de terras, ocupação do território sulino	34
3.3 O surgimento da Comunidade Quilombola de Júlio Borges	36
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
4.1 Definição da área ou população-alvo do estudo	41
4.2 Plano e instrumentos de coleta e análise de dados.....	41
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	43
5.1 Caracterização da Comunidade Quilombola Júlio Borges.....	43
5.2 Transformações e tendências de organização produtiva da Comunidade	48
5.3 Estratégias de reprodução social e econômica da Comunidade	58
5.4 A “área nova” e a tendência de seguir a reprodução econômica regional.....	64
5.5 O Agricultor Quilombola	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	74

1 INTRODUÇÃO

Muitos de nós nem se conhecia. Nós não sabia quem nós era. Nós também temos valores. Nós somos quilombolas, também temos valores, que nem os brancos. Antes ninguém tinha. Depois de velho, nós temos muito orgulho. Orgulho de nós ser quilombola, nós trabalhar. (Entrevistada 30).

O contato inicial com a Comdade Quilombola de Júlio Borges, localizada no meio rural do município do Salto do Jacuí/RS, ocorreu em 2013, a partir da Cáritas Brasileira Regional Rio Grande do Sul – Diocese de Cruz Alta¹, na qual a pesquisadora atuava como assessora de projetos sociais. Situado a 22 km do centro do Município, caminho da “Tabajara”, como os moradores o identificam, o Quilombo ocupa uma área de 12 hectares, onde as moradias têm um formato de agrovila, vivendo aproximadamente 36 famílias, distribuídas em pequenas casas de madeira, que produzem uma diversidade de culturas agrícolas de subsistência.

Na época, a comunidade ainda pleiteava a demarcação de terras quilombolas junto ao Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Nesta primeira aproximação, foi possível, conhecer a realidade dos moradores, suas principais dificuldades e também as potencialidades ali existentes.

No processo de acompanhamento aos projetos, muitos foram os aprendizados, e cada vez maior o interesse em saber mais sobre este povo que parecia até então esquecido e invisível pela sociedade. Apesar das dificuldades apresentadas, de acesso à terra, ao trabalho, à saúde e à educação, verificou-se que os integrantes da comunidade tinham um grande sentimento de pertencimento e vontade de permanência no local, com suas famílias e futuros herdeiros. Ou melhor, manifestavam que ali era o lugar que desejavam viver e morrer. As

¹ A Cáritas Brasileira é um organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e atua em projetos sociais com fomento às iniciativas de economia solidária, segurança alimentar, mobilizações, formações, gestão de risco e emergência, lutas emancipatórias. No Brasil, foi fundada em 1956, fazendo parte da Rede Cáritas Internacional que está presente em 200 países e territórios. Fonte: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>. Acesso em 25/05/2015.

decisões eram tomadas no coletivo, assim como os momentos festivos eram compartilhados com todos os integrantes.

Praticavam uma agricultura de subsistência com a produção do milho, mandioca, amendoim, batata-doce e feijão em pequena escala, sem o uso de fertilizantes, nem de agrotóxicos. Utilizavam a mão de obra da comunidade e máquinas de tração animal, tipo boi de arado. Os integrantes tinham o desejo de melhorar de vida, expandir as plantações, ter trabalho na sua própria comunidade para não precisar sair da comunidade.

Desde 2014, o território foi ampliado, considerando que receberam a titulação de uma área vizinha de 211 hectares que fora dividida entre os integrantes (Figura 1). Em 2015 iniciou o plantio na “área nova”. Além da expansão das culturas já produzidas anteriormente, implantaram o cultivo da soja.

Figura 1 - Fotografia com vista aérea da comunidade Quilombola de Júlio Borges/Agrovila



Fonte: Foto Guilherme Mera (2015)

No olhar de pesquisadora, surgiu a seguinte motivação de estudo: Sendo que esta comunidade possui uma característica própria, com historicidade, manifestações culturais, relação de respeito com a natureza, coletividade, valorização da agricultura diversificada, como será possível manter esta singularidade diante de um cenário que os rodeia, que é caracterizado pela monocultura e pelo agronegócio?

A dissertação está organizada em seis capítulos. Neste primeiro capítulo introdutório foi apresentado o contexto da pesquisa e sua estrutura. Na sequência será exposto e discutido o problema de pesquisa, sendo articulado pelos subitens: objetivo geral e específicos.

No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico, que aborda o conceito de agricultura familiar, suas origens e relação com os agricultores quilombolas. O terceiro capítulo, traz o aprofundamento do estudo sobre o desenvolvimento agrário da região do Alto Jacuí e a inserção dos quilombolas de Júlio Borges na região, apresentando os subitens Desenvolvimento Agrícola e Agrário da região do Alto Jacuí; Distribuição de terras e ocupação do território Sulino; Surgimento da Comunidade Quilombola de Júlio Borges. No quarto capítulo, apresenta-se o caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento da pesquisa. Com base nas entrevistas de campo com os agricultores quilombolas estão reunidas informações para compor o quinto capítulo, onde está caracterizada a Comunidade de Júlio Borges e estão descritas as estratégias socioeconômicas da comunidade quilombola e as tendências agrícolas para esses agricultores.

Por fim, o sexto capítulo dedica-se a algumas considerações finais sobre os aspectos que se apresentam em destaque, bem como um apanhado geral da discussão realizada ao longo do estudo.

1.1 Problema de pesquisa

Segundo Furtado (2001), a produção econômica, social e cultural do Brasil, desde o início de sua formação, esteve ligada ao trabalho escravo, a começar pela implantação da cana-de-açúcar através da colonização portuguesa no séc. XVI. Segundo o autor, para ter êxito na empresa açucareira, era preciso garantir a mão de obra que era ainda escassa. Por ser um país ainda pouco habitado e a escravização dos índios não sendo uma prioridade dos portugueses, que tinham um conhecimento no mercado escravo, trouxeram negros africanos para trabalharem na atividade açucareira.

Conforme Neves (2004), pode-se dizer que a escravidão foi um processo cruel em nome da produção econômica, pois os negros eram afastados de sua terra natal e tinham seus laços de família destruídos, não tendo nem mesmo a proteção da Igreja, que mantinha o mito de que os negros não tinham alma e, portanto, podiam ser escravizados. Além disso, havia o processo cruel de aculturação do negro cativo, pois, desde a sua saída da África até integrarem-se ao sistema de trabalho escravo nas fazendas brasileiras, perdiam contato com sua tribo, seus costumes, sua família, até mesmo seu idioma, porque geralmente juntavam-se aos negros de nações diferentes.

A relação do negro com a terra, faz parte de sua raiz cultural. A produção agrícola era a possibilidade de manter a sua identidade e autonomia. Através da terra poderia plantar aquilo que tradicionalmente era sua base alimentar e também o sustento econômico e social. Segundo Anjos (2004), a atividade de trabalho na roça, além de expressar uma atividade comunitária, também revela que o domínio da cultura agrícola é transmitido de geração a geração, como um conjunto de técnicas e de valores tradicionais, peculiares à matriz africana.

No entanto, ao chegar na condição de escravo, esteve privado na maioria das vezes, em poder produzir para sua família. Seu trabalho era dispendido em prol da produção das grandes propriedades rurais sem receber condições mínimas de sobrevivência. Numa condição de desigualdade, o negro escravo, era tratado como uma mera mercadoria, com fins comerciais.

Para Zarth (2002), a começar pela ocupação do solo, que ainda durante o período do Brasil-colônia as terras eram distribuídas de acordo com o grau de afinidade com a Coroa Portuguesa, sob o regime de sesmarias. Após a independência do país, extinguiu-se o regime de sesmarias e instituiu-se o sistema de posses, pelo qual qualquer morador poderia ocupar terras de forma mansa e pacífica. Em 1850, surge a Lei de Terras, que apenas ratificou a desigualdade, pois a partir daí a terra se transformou em mercadoria, e poucos teriam condições de adquiri-la. Quem tinha recursos, poderia comprá-la do governo e quem não tivesse estaria sujeito a trabalhar como empregado nos grandes latifúndios.

Outro fator que poderia ter contribuído para a diminuição das desigualdades, foi a Abolição da Escravatura em 1888. No entanto, este ato acarretou consequências sociais ao longo do tempo, seja para os ex-escravos, mas também aos seus descendentes. Conforme afirma Mendonça (2002), que os negros permaneceram marginalizados, pois não foram incorporados à sociedade sequer como mão de obra assalariada. Nesta época as terras de utilização agrícola já estavam todas ocupadas em sua totalidade e os ex-escravos que foram libertos que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver.

O período pós-abolição fez aflorar explicitamente a violência e a opressão da instituição escravista, onde permaneceram atos discriminatórios, diferenciação, desigualdade e intolerância racial na sociedade. Segundo Schwartz (2001), com a desagregação do sistema servil (escravismo), os estigmas e estereótipos lançados a população negra permaneceram sendo reforçados pela construção de novos.

No estado do Rio Grande do Sul, concomitante a criação da Lei de Terras e Abolição da Escravatura, houve um esforço por parte do Estado em atrair imigrantes europeus, para dar suporte ao processo de transição do trabalho escravo para o livre. Diante disto, o negro livre

passa a disputar trabalho e terra com os imigrantes e isto dificulta ainda mais a sua sobrevivência socioeconômica. Além disto, segundo Zarth (2002) o Estado e a elite dominante defendiam uma tese de cunho racista e ideológico de que os imigrantes possuíam superioridade cultural em comparação ao lavrador nacional, caboclos e ex-escravos.

Segundo Ruckert (1997), estes fatores impediram que os pequenos agricultores e a mão de obra cativa recém liberta, tivessem acesso à terra e com isso, a sua reprodução e sustentação enquanto grupo tradicional, restando ao ex-escravo a alternativa de trabalhar como agregado em grandes latifúndios de forma itinerante, onde lhe era oferecido uma extensão de terra para produzir alimentos para si e seu patrão em troca de dias de trabalho gratuitos.

Ao longo dos anos, esta relação de dependência e domínio criada com figuras de poder, acabou contribuindo para a formação dos quilombos da atualidade, pois de acordo com Anjos (2004), as denominadas terras de pretos, resultam de domínios doados, entregues ou adquiridos com ou sem a formalização jurídica, à família de ex-escravos a partir da desagregação das grandes propriedades monocultoras. São grupos que resistiram por meio da reprodução dos seus modos de vida singulares e na afirmação de um território próprio.

As comunidades quilombolas surgiram no Brasil durante e após a Abolição da Escravatura de 1888. A partir de Anjos (2004), pode-se dizer que o primeiro conceito de quilombo remete ao passado, em que escravos fugidos buscavam refúgios nas áreas de mata fechada, para protegerem-se do trabalho escravo e dos maltratos sofridos pelos grandes senhores. Ainda de acordo com o mesmo autor, estes indivíduos tinham um modo próprio de vida, com plantações e animais que supriam as necessidades alimentares. Após a abolição formaram-se quilombos para que grupos criassem força para sobreviverem em meio a uma realidade onde mesmo não sendo mais escravos, foram entregues à própria sorte, sem oportunidade de estudo e trabalho nas cidades e ainda sofrendo com a discriminação racial. A vida em grupo e afastada da sociedade escravocrata era a solução encontrada.

No Rio Grande do Sul as comunidades remanescentes de quilombos exprimem uma realidade bastante peculiar no âmbito das localidades rurais, tanto em termos de suas condições de existência quanto de sua formação. Isto implica em reconhecer não apenas seu quadro de dificuldades a que historicamente se acham submetidos, como também suscita a compreensão do entorno que estão estabelecidos esses grupos.

Segundo Avancini (2009), a grande conquista das comunidades negras, que preservaram elementos de vida coletiva em redutos territoriais, aconteceu com a introdução do Art. 68 da Constituição de 1988, que foi regulamentada pelo decreto 4887 de 2003, que permitiu a auto

identificação étnica de mais de 2800 (dois mil e oitocentas) comunidades quilombolas no país e mais de 150 (cento e cinquenta) no Rio Grande do Sul.

A formação do quilombo de Júlio Borges, foco empírico deste estudo, aconteceu num processo semelhante ao do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul conforme estudo realizado pelo INCRA (2014). Os ancestrais seriam escravos originários de Pelotas, Estrela Velha, Campo Comprido, Jacuizinho e Soledade, que teriam migrado nos fins do século XIX e primeira metade do século XX para a região do Alto Jacuí-RS, em decorrência de guerras, fugas, raptos e revoluções que assolaram seus locais de origem em diferentes contextos históricos, quanto da possibilidade de trabalho e ocupação das terras em áreas até então ermas e pouco habitadas.

As comunidades quilombolas mantêm uma característica peculiar de se reproduzirem nos âmbitos social e econômico. Este agrupamento de pessoas que compartilham uma memória histórica e cultural comum, e está ligado por laços de parentesco, constituem um modelo de sociedade. São agricultores que vivem num território e vivenciam a solidariedade e reciprocidade, seja por meio das trocas, de mutirões, festas e comemorações. Segundo Woortmann (1997 *apud* Anjos 2004), pode-se dizer que as famílias de negros, descendentes de ex-escravos e de sua rede de parentesco consolidaram um espaço social marcado pela carência de tudo e premido pela pobreza, por isso que possuir um pouco de terra lhes garante minimamente uma autonomia frente aos processos de pauperização camponesa.

Ainda, sobre os laços que permeiam o modo de reprodução socioeconômica dos remanescentes de quilombos, pode-se dizer que as relações dentro da Comunidade Quilombola estão alicerçadas sobre a produção agrícola, a terra que dá o sustento às famílias e que se transformam em laços sociais de reciprocidade e solidariedade. Segundo Anjos (2004), as trocas, as doações, as ofertas de produtos da terra entre os membros da comunidade e do consumo dos mesmos, por meio de alimentos singulares, denotam o fato de que a terra, os alimentos são fatores de cimentação da unidade social. No mesmo sentido, Candido (2009), cita como forma de solidariedade, a realização dos mutirões dentro do ambiente rural, que reúnem vizinhos e parentes para uma determinada atividade: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, construção de casa, etc. Em troca o beneficiário oferece alimento e uma festa que encerra o trabalho. Não há remuneração direta em espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que o beneficiário fica em corresponder aos chamados dos que o auxiliaram.

A comunidade Júlio Borges está localizada na região do Alto Jacuí, no noroeste do Rio Grande do Sul, onde a atividade agrícola é parte da sua base econômica e a terra, enquanto base principal dessa atividade, está voltada à agricultura intensiva. Essa

característica concentracionista da região teve origem na sua formação histórico-econômica e ainda permanece no quadro atual, constituindo um complexo de processos e dinâmicas sociais e econômicas que definiram o ritmo do desenvolvimento agrícola e agrário da região.

De acordo com Silva (2009), esta foi a última fronteira agrícola a ser ocupada no Estado e foi intensamente disputada entre indígenas (principalmente Kaigangs), lavradores nacionais (também denominados de caboclos) e migrantes europeus, resultando em um processo de expropriação das duas primeiras categorias em prol da terceira.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, a integração econômica desta região ao restante do Estado foi mediada, originalmente, pela coleta e comercialização da erva-mate, produção de madeira, de mandioca, entre outros produtos de subsistência. A historiografia tradicional aponta esta região como a que menos fez uso de mão de obra escrava, tendo em vista que originalmente a geografia era pouco propícia ao desenvolvimento da atividade pecuária devido à presença de cobertura florestal. Pesquisas recentes apontam, no entanto, a presença significativa de contingentes de escravos africanos nos primeiros núcleos populacionais, tendo como base o ano de 1859 – principalmente no município de Cruz Alta, além de indicarem o uso da mão de obra escrava no cultivo e preparo da erva-mate, informação até então inédita (ZARTH, 2002).

Assim como outras regiões, a região do Alto Jacuí, foi uma das mais atingidas pelo processo de modernização na agricultura, com a predominância da produção de trigo, em um primeiro momento (1950) e sojicultora (1960 em diante), o que pode ter intensificado os processos de expropriação de territórios negros localizados em áreas propícias à produção mecanizada, iniciando as comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Sul e a comunidade Júlio Borges no município de Salto do Jacuí.

Diante do contexto este estudo pretende responder ao seguinte questionamento: Quais as estratégias econômicas e sociais dos agricultores residentes no Quilombo de Júlio Borges, frente ao modelo de desenvolvimento agrário da região?

1.2 Objetivos

Com o objetivo de responder aos questionamentos citados, as seguintes etapas contribuirão para o desenvolvimento da pesquisa:

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as estratégias socioeconômicas da comunidade quilombola de Júlio Borges, no Município do Salto do Jacuí, RS, frente ao cenário do desenvolvimento agrário regional.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o desenvolvimento agrário na região do Alto Jacuí/RS;
- Caracterizar a Comunidade Quilombola de Júlio Borges;
- Analisar as transformações e tendências de organização produtiva das famílias quilombolas;
- Identificar as estratégias de reprodução social e econômica dos agricultores familiares do Quilombo.

2 AGRICULTURA QUILOMBOLA: REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Antigamente eu tinha só esse pedacinho e hoje eu tenho um pedaço melhor pra carpi, pra plantar mais outras coisas. Eu plantava só aqui e um pedaço bem ruim de carpir, só pedra e ladeira ainda. Agora tem um pedaço melhor lá em cima. Meu cunhado e minhas irmãs vão comigo pra lavoura, a gente se ajuda. (Entrevistada 4).

Este capítulo procura fazer uma discussão sobre a reprodução social e econômica da agricultura quilombola, buscando caracterizar o sistema tradicional de produção deste grupo. Além disto, objetiva relacionar este modo de produção com o tema do campesinato e agricultura familiar.

A relação com a terra para o quilombola é sinônimo de cimentação social. Segundo Buti (2014) plantar para o remanescente de quilombo, é mais que uma ocupação, é uma prática necessária em seu cotidiano, um ofício que compõe a identidade agrícola e quilombola. O “saber plantar”, é transmitido de geração em geração. E, não plantar o próprio alimento é tido como um “desgosto”.

Esta herança cultural, do contato com a terra, relaciona-se aos tempos do escravismo, ao que se pode chamar de brecha camponesa. Segundo Muller (2006), os agricultores escravos ou livres mantinham uma lógica camponesa de relação com o meio e com a sociedade envolvente, inclusive com os seus senhores. Consistia na cedência de gleba de terras por parte do senhor aos seus escravos e ex-escravos para que ali cultivassem, inibindo fugas e contribuindo com uma imagem do “bom senhor” por propiciar, dentro outros fatores, a fixação da família em uma “ilusão de propriedade”. Com esta premissa, o agricultor quilombola tinha como produzir seu alimento.

Da mesma forma, Cardoso (1987), diz que o termo brecha camponesa surgiu de estudos realizados no contexto das Antilhas, no período da produção açucareira escravista, onde os plantios realizados em pequenos lotes de terra concedidos aos escravos pelo grande fazendeiro, no interior da fazenda, eram identificados como atividades do denominado “protocampesinato escravo”.

De acordo com Buti (2014), para o agricultor quilombola trabalhar a terra, limpá-la, ará-la, plantar e posteriormente colher o alimento, significa pertencimento à terra que lhes dá sustento e vida e por isto querem nela trabalhar. O trabalho na terra “dos outros” é um constante incômodo, pois, após muito trabalharem e cuidarem da terra, deverão deixá-la. A percepção do agricultor quilombola é: “se é dono, tem de plantar.”

Este modelo, ao qual, pode-se chamar de agricultura tradicional, se concretiza através das trocas, do trabalho distribuído entre os membros da família, dos mutirões, da hierarquia, dos saberes, a organização em volta do rural, o que acaba constituindo um modelo de sociedade. O surgimento destas famílias em determinado local, acaba formando um vilarejo que se estabelecem com a criação de escolas, igreja, salão comunitário. Criam-se laços de solidariedade e compartilhamento de ideais.

O agricultor quilombola pode ser considerado como um grupo diferenciado, pois há uma peculiaridade histórica e cultural que os envolve. Segundo Beraldo, (2006), os agricultores negros rurais pertencem a um grupo, que, por motivos históricos, foram submetidos ao sistema escravista, sendo excluídos do processo de desenvolvimento do país e que o Estado deve garantir-lhes políticas de inclusão e fortalecimento.

Um avanço significativo para as comunidades quilombolas, aconteceu a inclusão na Constituição Federal de 1988, no artigo 68, do Ato das Disposições Contraditória – ADCT, o que lhes garantiu acesso à terra e a proteção dos territórios quilombolas e diz o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos”. Este ato constitucional permitiu que aqueles territórios ocupados tradicionalmente por descendentes de escravos fossem reconhecidos e recebesse a titulação. A partir daí, segundo Avancini (2009), foram identificadas mais de 2800 (dois mil e oitocentas) comunidades quilombolas no país e mais de 150 (cento e cinquenta) no Rio Grande do Sul.

O processo de reconhecimento de uma comunidade quilombola é de responsabilidade da Fundação Palmares, um órgão governamental, ligado ao Ministério da Cultura, que auxilia na tramitação legal e as certifica como tal. A partir desta certificação, são reconhecidos os direitos das comunidades quilombolas, bem como dado o acesso aos programas sociais do Governo Federal. O reconhecimento como comunidade quilombola, tanto para populações rurais ou então urbanas trouxe significativo avanço no desenvolvimento social e econômico destes grupos. A própria comunidade que se auto define como remanescente de quilombola. Ou seja, apresenta dados e vivências que os caracterizam como tal. A responsabilidade do INCRA é buscar a regularização fundiária e a titulação das áreas tradicionalmente ocupadas. Na página do

INCRA², consta de quais os passos necessários para obtenção destes títulos, bem como a documentação necessária. Além disto, qualifica as comunidades quilombolas como grupos coletivos, que receberão a devida titulação de suas áreas para uso coletivo, não existindo projetos individuais, conforme detalhado a seguir:

É a própria comunidade que se autoreconhece “remanescente de quilombo”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares emitir uma certidão sobre essa autodefinição. O processo para essa certificação obedece norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007). Para acessar a política de regularização de territórios quilombolas, as comunidades devem encaminhar uma declaração na qual se identificam enquanto comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autoreconhecimento em nome da mesma. Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária. Para cuidar dos processos de titulação, o Incra criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas. Com base na Instrução Normativa 57, do Incra, de 20 de outubro de 2009, cabe às comunidades interessadas encaminhar à Superintendência Regional do Incra do seu Estado uma solicitação de abertura de procedimentos administrativos visando à regularização de seus territórios. Para que o Incra inicie os trabalhos em determinada comunidade, ela deve apresentar a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela Fundação Cultural Palmares. A primeira parte dos trabalhos do Incra consiste na elaboração de um estudo da área, destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Uma segunda etapa é a de recepção, análise e julgamento de eventuais contestações. Aprovado em definitivo esse relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase seguinte do processo administrativo corresponde à regularização fundiária, com desintração de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território. O processo culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. (INCRA, 2016, p. 3)

Outra política pública que merece destaque, foi a partir da Lei 12.512, de 2011, onde o agricultor quilombola (comunidades tradicionais), passa a ser reconhecido como apto a participar dos benefícios oferecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que foi criado em 2006, através da Lei 11.326.

Povos e comunidades tradicionais, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa,

² Fonte: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas> > Acesso em 25/05/2015.

ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição³

Embora o Estado reconheça os quilombolas como comunidade tradicional, a qual caracteriza-se pela forma própria de organização social, cultural e econômica, os mesmos foram categorizados legalmente como agricultores familiares a fim de acessarem as políticas agrícolas (PRONAF).

Importante destacar que o termo “agricultura familiar” refere-se a um vasto cabedal de conceitos que abriga diferentes peculiaridades, dependendo inclusive da realidade local a qual está sendo desenvolvida. Tanto no conceito acadêmico, quanto na delimitação legal do termo, encontra-se exigências comuns para que seja considerada agricultura familiar, tais como, o trabalho realizado no estabelecimento deve ser feito pelo produtor e a mão de obra familiar utilizada deve ser maior que a contratada e o limite de área.

No âmbito político, para o acesso as políticas públicas, o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS (2015), enfatiza que a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho: são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Para o cálculo do Censo Agropecuário de 2006, foi criado o conceito de agricultura familiar, através da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

Como conceito acadêmico, Abramovay (1992), define agricultura familiar, como aquela em que a maior parte do trabalho, bem como a gestão da propriedade rural vem dos membros da família. Salientando, que a definição pode variar, dependendo da finalidade e dos interesses dos setores sociais e suas representações. Para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de qualificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas as definições.

O PRONAF tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização

³ Este conceito para comunidades tradicionais está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em 10/06/2015.

dosistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.⁴

O programa foi criado para financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Possui baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao Pronaf inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Os agricultores quilombolas que praticam atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos, que foram incluídos no PRONAF, devem atender ainda, aos requisitos constantes na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, que instituiu o programa, especialmente conforme a seguir:

Art. 3º – Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II – aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III – extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV – pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V – povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

VI – integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

(LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

⁴ Fonte: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsafamilia/programascomplementares/beneficiario/agricultura-familiar>. Acesso em 10/06/2015.

Apesar das comunidades tradicionais quilombolas inserirem-se nas políticas públicas para agricultura familiar somente em 2011, pode-se dizer que a discussão sobre a agricultura familiar ocorre, principalmente, partir da década de 90 no Brasil, inicialmente no campo político, posteriormente no acadêmico. Este debate decorre das transformações que ocorreram após o intenso processo de modernização agrícola. Processo este que ocorre com a integração da agricultura a indústria, onde a agricultura passa a ser um ramo de aplicação do capital financeiro. A maquinização, quimificação e o crédito rural foram os pilares da agricultura moderna.

Apesar da modernização, ou por causa dela, ocorrem desigualdades associadas à estrutura da propriedade da terra, a concentração fundiária, a pobreza e abandono do campo, disparidades regionais e de renda. Além disso, a concentração da terra em latifúndios e a aliança entre o capital e a terra favoreceram a existência de relações clientelistas no meio rural da sociedade brasileira.

A partir da Revolução Verde, que significou a passagem de agriculturas tradicionais para uma agricultura moderna e pautada no uso de tração moto-mecânica e uso de sementes melhoradas e adquiridas no mercado e também o uso de insumos químicos, o modelo tradicional de cultivo foi se apagando, se distanciando das suas bases tradicionais, dos seus próprios saberes, daquilo que o agricultor acreditava e sabia, em função da modernidade e da industrialização.

A terra, que antes era utilizada como meio de subsistência e reprodução, assentando muitas famílias camponesas, passa a ser utilizada apenas como um fator de produção capitalista. Em nome da modernização agrícola, expulsa muitos camponeses, que não se adaptaram a realidade do capitalismo, obrigando-os a abandonarem a terra e morarem nas cidades, buscando outro meio de vida. A partir daí, objetiva a renda, a produção e quanto mais investimento em tecnologias, haveria mais lucro.

Nas relações capitalistas o camponês transforma-se em assalariado, quando a posse da terra é retirada, sendo ele então proletarizado e por isso obrigado a trabalhar nas terras dos grandes latifundiários ou então, a migrar para as grandes cidades.

Assim, o projeto modernizador proposto pelo capitalismo, especialmente, referindo-se a questão da produção agrícola, está revestido de racionalidade, por conter no discurso dos seus defensores, que através da revolução tecnológica e industrial seriam resolvidos os problemas dos países subdesenvolvidos, mesmo que para isto, fosse necessário excluir pessoas deste processo de desenvolvimento.

De acordo com Brandenburg (2010), as condições estruturais vão fazer com que os agricultores desenvolvam uma agricultura voltada prioritariamente para o abastecimento da família, de forma a satisfazer as suas necessidades vitais, ou de dieta alimentar. Os estudos sobre o campesinato tradicional, cuja designação regional difere (colonos, caipiras, sitiantes, agregados), mostram que os sistemas agrícolas eram diversificados, voltados à reprodução física e social da família. Ajustados a uma racionalidade própria, os camponeses ocupam o espaço da unidade familiar segundo uma forma que permite atender aos vários objetivos: reprodução física, social e preservação de seu patrimônio natural.

A mecanização da agricultura possibilitou aumentos espetaculares na produção e na produtividade. Oliveira (2002) ressalta que o desenvolvimento capitalista no campo foi marcado pela sua industrialização. Sendo o capitalista, dono de grandes extensões de terras, abre-se a possibilidade de unificação da indústria com a agricultura. Essas transformações envolvendo os meios e as formas de produção no espaço rural refletem no debate contemporâneo da questão agrária e coloca em foco a tendência da generalização das relações de produção especificamente capitalistas no íntimo da produção agrícola. O mesmo autor fala ainda da possível destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de subsistência, causada pela diferenciação interna promovida pelas contradições típicas do processo de integração no mercado capitalista.

Todas as transformações a partir da modernização agrícola, e aliada a crise do Estado na década de 1980, provocaram consequências em todo o território brasileiro, tanto na área urbana como na rural, um novo debate acadêmico, o surgimento de uma nova ruralidade, e uma nova visão sobre o rural, não apenas agrícola, mas de manifestação de hábitos, práticas, saberes que devem ser preservado e usufruído.

Juntamente com a discussão sobre a nova ruralidade e agricultura familiar, amplia-se a controvérsia sobre a discussão entre aqueles que acreditam no fortalecimento e, por outro lado, os que profetizam o seu desaparecimento. Para Schneider (1999), a teoria marxista foi capaz de mostrar como algumas formas sociais agrícolas foram eliminadas, abrindo espaço para novas que se incorporam às formas já existentes, no caso do campesinato para agricultura familiar. O autor apresenta alguns elementos que auxiliam na compreensão das formas familiares em sociedades capitalistas: as unidades familiares utilizam a força de trabalho de seus membros e, às vezes, contratam trabalho temporário, as barreiras naturais impedem que a agricultura funcione como uma indústria; as relações sociais estão assentadas em laços de parentesco e herança. Assim, a reprodução social e econômica, da agricultura familiar,

dependerá das relações com o modo de produção capitalista, sendo uma destas relações as atividades não agrícolas.

Sacco dos Anjos (2003), diz que para integrar-se as transformações da agricultura o produtor deve desenvolver tanto a diversificação produtiva como a pluriatividade. Esta diversificação pode ocorrer através de diversas atividades que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da unidade de produção familiar. Também podem se desenvolver outras atividades não agrícolas, da prestação de serviços a outros agricultores, na industrialização em nível de propriedade, no artesanato, no turismo rural e que conjuntamente impliquem no aproveitamento das potencialidades já existentes na propriedade.

Da mesma forma Ploeg (2008), diz que a busca por outras atividades não-agrícolas é uma alternativa de sobrevivência dos agricultores:

[...] suas características fundamentais são “a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relação de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza na criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e auto gerenciada, a qual por sua vez permite formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro [...] Dependendo da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser fortalecidos através de outras atividades não-agrícola [...]” (PLOEG, 2008, p. 4)

Para Wanderley (2009), abordando as diferenças entre o campesinato e a agricultura familiar, diz que o campesinato tradicional não é um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Ao contrário, mantém uma relação com a sociedade globalizada, possui laços de integração, inclusive com o mercado. A forma camponesa de caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, com uma lógica de funcionamento específica, mas que o saber tradicional dos camponeses, passados de geração em geração não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico:

O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão através de uma nova contabilidade. [...] a modernização o transforma num agricultor profissão, sem dúvida multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2009, p. 189).

Além disto, a autora defende que os agricultores familiares, em sua grande maioria, tem uma história camponesa e esses agricultores devem adaptar-se às condições modernas da

produção agrícola e da vida social. Sua lógica tradicional, que permite considerá-los como camponeses é, com certeza, afetada pelo processo de integração econômico-social.

Além destes, Abramovay (1992) descortina as incongruências do marxismo e derruba a dicotomia entre atrasado/moderno e capitalista/camponês. Estuda os clássicos marxistas sobre a questão agrária (Lenin e Kautsky) e destaca a inexistência do camponês na teoria marxista, onde a discussão é entre capitalistas e proletariados.

Entre os clássicos marxistas, Lênin (1988) diz que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista. Qualquer camponês que venda, ainda que em tempo parcial, sua força de trabalho a outrem, mesmo se conservar suas terras e continuar trabalhando nelas no tempo remanescente, é um proletário e não um camponês.

Já Kautsky (*apud* Schneider 2003), encontra a possibilidade da transformação da pequena propriedade em vista de um novo paradigma, afirmando que o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam formas de trabalho acessório, (que podem ou não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social. Já Abramovay (1992) afirma que a agricultura familiar praticada na atualidade, que está totalmente integrada ao mercado, sendo capaz de acompanhar os avanços técnicos e às políticas governamentais, nada tem a ver com a forma tradicional da agricultura camponesa. Para o autor, nem Marx nem Weber poderiam prever que nas sociedades contemporâneas existiriam formas baseadas no trabalho familiar.

Chayanov (1974), diz que a especificidade que caracteriza a produção camponesa combina propriedade ou posse dos meios de produção e a realização do trabalho que são a base de sua racionalidade. Para ele, diferentemente da empresa capitalista, que tem por base a extração do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família.

Marx e Engels (1996, p.16), oferecem uma das primeiras e mais completas interpretações do capitalismo moderno e global. No Manifesto Comunista, eles afirmam que a burguesia criou um novo internacionalismo através do mercado mundial, ao lado da "sujeição das forças da natureza ao homem, do maquinário, da aplicação da química à agricultura e à indústria, da navegação a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo, da devastação de continentes inteiros para cultivo, da canalização de rios, do surgimento de populações inteiras como por encanto".

Assim, para Karl Marx (1988) a agricultura camponesa tenderia a desaparecer com o avanço do capitalismo no meio rural. Mas ao contrário disto, autores como Abramovay (1992) e Schneider (1999) defendem a tese de que agricultura familiar segue a racionalidade do sistema capitalista, adaptando-se a ele, o que os autores chamam de um processo de metamorfose. Esta racionalidade, segundo Dupas (2006), é o que pode-se chamar de uma forma disfarçada de dominação política sobre a natureza e sobre a sociedade. Nas sociedades capitalistas industrialmente desenvolvidas, a dominação tendeu a perder sua característica de exploração e de repressão, para cobrir-se de um manto de racionalidade. A sociedade estaria ligada a institucionalização do progresso científico e técnico.

Este processo de metamorfose ou ajustamento social significa impregnar nas práticas tradicionais dos agricultores, processos de produção vindos do mercado capitalista. E, que segundo Brandenburg (2010) a vida comunitária, até então uma característica do agricultor tradicional ou camponês, se transforma, integra-se e reorienta os seus sistemas produtivos ao mercado. As unidades de produção familiar que antes eram voltadas para subsistência agora também produzem para o mercado visando à aquisição de produtos industriais até mesmo para a alimentação. Ao mesmo tempo, esta relação com a modernidade pode servir de complemento ao seu modo de ser, onde o camponês integra-se à sociedade global conservando seu estilo de vida.

Em alguns casos, o pequeno produtor obriga-se a abandonar suas terras por não se adequar a este novo modelo de produção. Mas em outros casos é notável a sua permanência, utilizando-se da mão de obra familiar. Muitos opuseram-se a este novo modelo de desenvolvimento, com luta e resistência, mantendo-se na agricultura familiar, mas procurando integrarem-se às novas tecnologias.

Para autores como Abramovay (1992) e Lamarche (1998), ao campesinato restariam duas alternativas: a expropriação devido à incapacidade de competir no mercado ou a completa integração ao capital através da sua transformação em agricultores familiares, se desenvolvendo como parte de um processo regido pelas leis capitalistas de acumulação. Esta agricultura familiar não poderia ser compreendida como camponesa devido aos seus vínculos (sociais e de produção) modernos e atrelamento ao sistema capitalista.

Diante de uma crescente demanda por novas tecnologias, para manterem-se no mercado e não serem expulsos de suas terras muitos camponeses acabaram por transformarem-se em capitalistas, como afirma Oliveira (2002): O capitalismo desenvolveu o setor tecnológico como requisito ao aumento da produção de alimentos nas fazendas capitalistas, o que também ficou à disposição no mercado aos camponeses, que poderiam

através do trabalho familiar, também aumentar sua produção, sem necessariamente aumentar as terras.

Assim, a família camponesa poderia estar produzindo além do necessário à sua sobrevivência, acumulando dinheiro, que poderá ser utilizado ao aumento de terras ou a contratação de trabalhadores assalariados para trabalhar nela. Quando isto ocorre, seus membros (filhos, pai e mãe) deixam de trabalhar na produção, passando a cuidar apenas das tarefas da administração e comercialização da produção, tornando-se, capitalistas.

Ainda segundo Oliveira (2002) os capitalistas são todos aqueles que, possuidores de capital, o destinam à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles, em troca de um salário.

O campesinato tradicional possui diferenças, bem como semelhanças para a atual agricultura familiar moderna. Autores como Wanderley (1999) e Lamarche (1998), defendem que as transformações vividas pelo agricultor familiar, que acabaram incorporando aos seus processos de produção os avanços técnicos e científicos, tornando-se aptos a participar das políticas governamentais, não significou uma ruptura definitiva com as formas anteriores. Ao contrário, muitos mantiveram as raízes camponesas, que acaba por fortalecer a sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

Dentre os aspectos que compõem as raízes camponesas, Cardoso (1987), destaca o acesso à terra, o trabalho predominantemente familiar, a autosubsistência combinada com a vinculação ao mercado ou não, e principalmente um certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, nas decisões do que e quando plantar e como dispor dos excedentes. Além disto, segundo Wanderley (1999), a diversificação de culturas também faz parte da estratégia adotada pela família camponesa.

Da mesma forma, Chayanov (1974) aponta as diferenças entre o campesinato e a agricultura familiar moderna, enquanto o primeiro é orientado para a satisfação das necessidades e a reprodução da família, a segunda visa a extração do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro.

Na atualidade, o modelo de agricultura familiar que visualizamos é aquele totalmente integrado ao mercado, no qual raramente os filhos ainda trabalham com os pais. Geralmente o genitor é o encarregado de gerenciar as atividades da agricultura e não reside na área rural, desloca-se para a propriedade sempre que necessário, mas mantém residência na zona urbana. Especialmente na região do Alto Jacuí, local onde está estabelecida a Comunidade de Júlio Borges, alvo deste estudo, os agricultores do entorno, voltaram-se basicamente à produção de grãos (trigo, soja e milho) com fins de exportação, o que exige um alto grau de tecnificação e

equipamentos modernos para dar conta da produção em média/larga escala. Desta forma, os agricultores, a fim de integrarem-se a esta lógica exigida pelo mercado, contratam mão de obra sazonal e acaba adquirindo os pacotes tecnológicos das empresas do ramo do agronegócio e também se utiliza dos financiamentos oferecidos pelo Pronaf e instituições financeiras para custeio da atividade. Trata-se de uma atividade rural totalmente focada no mercado.

3 DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ALTO JACUÍ E A INSERÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JÚLIO BORGES NA REGIÃO

Os nossos bisavô, seriam escravizados, sabe. Eles eram escravos, botavam dois puxar o arado pra lavrar, isso aí era escravo. Trabalhavam o dia todo, diz que ganhavam um quilo de alimento, um quilo de banha, um quilo de feijão, um quilo de arroz, pra trabalhar o dia todo. Chegar de noite em casa. Sempre no serviço deles de lavoura. Sempre na enxada. Os primeiro que vieram pra cá, eram da Linha Fão. Lá trabalhavam de diarista, na lavoura, carpindo, roçando [...]. Ganharam morada do seu Vitor, dentro da granja dele. Umas cinco família dos Pinto. Quando viram que aqui era melhor, daí se adaptaram com o seu Vitor. Seu Vitor mandou, podia vim. Fizeram uns barracão pra iniciar. Até começaram uma casinha depois. Quando precisava trabalhavam na pedreira e pro seu Vitor e podiam ter uma lavourinha também (Entrevistada 2).

Este capítulo tem como objetivo apresentar aspectos que caracterizaram o desenvolvimento agrário do Rio Grande do Sul, em especial a região do Alto Jacuí, onde está localizada a comunidade Júlio Borges. Tal discussão justifica-se por analisar, dentro de uma perspectiva histórica, como se deu a ocupação e desenvolvimento dos espaços rurais, relacionando com a inserção dos negros escravos, ex-escravos e seus descendentes nesta realidade.

3.1 Desenvolvimento agrícola e agrário da região do Alto Jacuí

Segundo Graziano da Silva (2002), há questões que diferenciam desenvolvimento agrícola de desenvolvimento agrário. Enquanto o primeiro está relacionado à produção e retrata em ações modernizadoras dos processos produtivos, no incremento de tecnologias, sendo determinado por critérios econômicos (do que se produz, onde se produz e quanto se produz), o segundo, relaciona-se aos aspectos mais sociais, humanos e trabalhistas das relações de produção: como se produz, de que forma, relacionando com os problemas de concentração de terra, a ocupação dos territórios, como se desenvolvem as relações sociais e a organização da produção agrícola.

Do mesmo modo para Navarro (2001), desenvolvimento agrícola refere-se às condições de produção e suas características, no sentido estritamente produtivo. Já o desenvolvimento agrário envolve o desenvolvimento agrícola e suas consequências sobre a sociedade em todas as suas dimensões.

O Brasil primeiramente sofre a influência de um modelo de desenvolvimento agrário exportador, que se utiliza de mão de obra escrava para buscar a produção agrícola com baixos custos e com vistas a exportação, no caso da cana-de-açúcar, seguindo-se, do mesmo modo, com outras culturas. A partir da década de 1930 surge um modelo de desenvolvimento voltado ao mercado interno e substituição de importações por meio da industrialização. Também é o período do favorecimento do acúmulo de capital no setor industrial e que faz manter o poder dos grandes proprietários territoriais. A propriedade da terra se manteve intocada e a exploração dos trabalhadores rurais se manteve sem nenhuma legislação reparadora. As ofertas de crédito, garantia de preços e seguros agrícolas, não eram acessadas pelos pequenos produtores pela burocratização das transações, conforme afirma Graziano da Silva (1980, p. 30-31)

[...] O desenvolvimento do capitalismo brasileiro se firma como concentrador de terra. É nesse contexto que se esboça mais claramente uma política de apoio à grande propriedade, incentivando a sua modernização e, de certa forma, fechando a fronteira, pela venda de grandes extensões de terra a projetos agropecuários ligados ao capital financeiro e/ou industrial, na maioria das vezes de origem externa. Nesse contexto, a pequena produção em geral se mantém, mas num processo acelerado de pauperização e extrema exploração.

Destaca-se que deste desenvolvimento econômico no Brasil, alicerçado no desenvolvimento agrícola, surge uma questão agrária, ou seja, uma lacuna dentro deste contexto. Segundo Stédile (2002), a propriedade da terra no país representa o desenvolvimento do capitalismo, que favorece rapidamente a implantação do crédito rural, a mecanização e a monocultura. Além disto, possibilita a acumulação, a concentração e centralização. Para Mazoyer (1991) o desenvolvimento agrícola foi promovido pela transferência do modelo de modernização agrícola dos países centrais para os países em desenvolvimento, ocasionando questões agrárias, como ampliação das desigualdades, dependência tecnológica, desemprego e êxodo rural.

Caracterizado ainda, entre outros aspectos, pela oferta de crédito agrícola e com isto, alta tecnificação e modernização da atividade agrícola, o desenvolvimento agrícola trouxe para aqueles agricultores que tivessem condições de incorporar estas mudanças, o

“progresso”. Aos demais produtores, restou buscar outras alternativas de sobrevivência, sendo que muitos deles foram expulsos de seus territórios ou então perderam a posse dos meios de produção, submetendo-se ao trabalho assalariado nas grandes empresas ou latifúndios. E que, segundo Abramovay (1992), uma das teses da questão agrária é de que a agricultura sendo dominada pelo latifúndio, é incapaz de se desenvolver tecnicamente e contribuir para elevação da produção. Os trabalhadores rurais que não tem acesso à terra, não podem participar do processo social de progresso técnico, ficando à margem do mercado, pouco produzindo e consumindo.

Kageyama (1993) defende a ideia de que os aspectos sociais e trabalhistas são indispensáveis ao se pensar num desenvolvimento agrícola eficiente. Para ela o caminho de uma distribuição mais justa de renda não passa pela eliminação do progresso técnico na agricultura, mas pela conquista de direitos dos trabalhadores de ter acesso às decisões políticas que afetam a modernização e que definem constantemente as formas concretas que irá adquirindo, de modo a ampliar a sua participação nos frutos e benefícios do progresso técnico.

Pode-se dizer, que o período da modernização e conseqüente desenvolvimento agrícola, que se acentua a partir de 1960, aumenta o fluxo de pessoas que deixaram o meio rural em direção à cidade e foi fundamental para o processo de industrialização no Brasil, gerando questões agrárias em diferentes aspectos.

No Rio Grande do Sul, o processo de desenvolvimento agrícola foi semelhante ao do Brasil em alguns momentos. Diferente da formação econômica do Brasil alicerçada em ciclos econômicos, no Estado, segundo Brum (1988), pode-se elencar dois aspectos que influenciaram a sua formação e evolução: físicos e militares. O primeiro se deve a distância acentuada em relação ao centro das decisões do país, que se agrava pela precariedade dos sistemas de transportes e comunicações e a falta de portos litorâneos seguros capazes de permitir a ancoragem de embarcações. O território apresentava-se coberto por áreas de campo e área de mata. O segundo aspecto, se deve a proximidade com os países da Bacia do Prata, o qual mantinha fronteiras vivas que influenciaram no desenvolvimento e disputas do estado sulino.

O fato de fazer fronteira com os países da Bacia do Prata fez com que o estado protegesse estas áreas com comandos militares, de forma a impedir o avanço no território brasileiro para fins comerciais e isto influenciou a ocupação das terras sulinas. De acordo com Zarth (2002), havia muitos comandos militares espalhados pelo Estado. Os militares faziam avançar as fronteiras portuguesas e adquiriam grande prestígio e autonomia, e em troca

ganhavam os campos conquistados. Era necessário o aval militar para que o vice-rei autorizasse o título aos seus afilhados e isto incluía a expulsão de famílias, gados e bens de qualquer natureza, por escoltas militares.

Já na ocupação territorial, pode-se dizer que foi utilizado o mesmo sistema nacional, conforme discute-se no próximo item.

3.2 Distribuição de terras, ocupação do território sulino

O sistema de sesmarias fora introduzido no Brasil, a partir do cultivo da cana de açúcar, que tinha como finalidade atrair europeus que estivessem interessados em se dedicar a essa atividade. Sendo assim, recebiam vastas porções de terras. Uma condição era que o interessado tivesse certa posse de recursos e, além disso, possuísse escravos. Estas doações se estenderam para além dos locais da produção de açúcar, passando para outras áreas inabitadas ou abandonadas que tivessem possibilidades de exploração econômica. Também foram doadas áreas, a título de prêmio aos cidadãos por feitos militares. Estas doações originaram a formação de imensos latifúndios espalhados pelo Brasil, quase não restando mais terras sem dono (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

No Rio Grande do Sul, esta forma de distribuição de terras teve início em 1732 e segundo Brum (1988), favoreceu o desenvolvimento da pecuária extensiva nas áreas de campo, originando os latifúndios pastoris e a grande propriedade, sendo as lidas com o gado e a guerra, aspectos que forjaram os valores e a cultura do gaúcho e do Rio Grande tradicional. Este sistema de doação de terras cessou em 1850 com a criação da Lei de Terras.

A descoberta de ouro em Minas Gerais, no século XVIII, estimulou a integração do território rio-grandense ao circuito econômico de produção da colônia, a partir da demanda pelo gado para as áreas de mineração. O gado criado solto nos campos do Sul, passou a ser tropeado até São Paulo.

De acordo com Zarth (2002), a criação de gado foi a riqueza que acabou viabilizando economicamente a ocupação europeia no Rio Grande do Sul, a partir do século XVIII, e deu origem a uma classe poderosa de latifundiários. Somente a partir do ciclo da mineração em Minas Gerais que o mesmo assume posição de destaque na produção pecuária e em seguida na produção no charque.

Nesta época acentua-se a importância da escravidão, pois com a expansão das estâncias pastoris, a fim de abastecer a região mineradora, exigia-se um maior número de

trabalhadores. As atividades escravistas variavam entre os trabalhos roceiros (lavradores de produtos de subsistência), campeiros (trabalho pastoril) e domésticos (BAKOS, 1982; RUCKERT, 1997).

A presença de escravos no Estado, teve origem no século XVIII, no trabalho nas estâncias, caracterizadas pelos grandes latifúndios e com a finalidade da produção de gado e charque. Também há registro de trabalho escravos em outros ofícios, como coletores de ervamate, diaristas em trabalhos domésticos e roceiros em propriedades agrícolas. Segundo Zarth (2002), no Alto Jacuí, Cruz Alta foi o quinto município em número de escravos, com 4019 cativos, no ano de 1859, que representavam 15,17% dos habitantes da região, constatando que em municípios pouco urbanizados e sem charqueada a escravidão era menos representativa.

O Rio Grande do Sul declarou-se livre da escravidão quatro anos antes (1884) da abolição, mas ainda, segundo o mesmo autor, os cativos teriam que trabalhar alguns anos para adquirir a liberdade de fato. Sendo assim, era uma liberdade falsa, pois ganhariam a alforria, mas ficavam obrigados a prestar serviços aos senhores por um determinado tempo, que não poderia ultrapassar sete anos. A estratégia atendia aos propósitos dos senhores de escravos, pois além de manter o trabalhador de forma compulsória, conquistava prêmios diante da “alta” sociedade da época (ZARTH, 2002)

Segundo Maestri (1984), em meados de 1780, o Rio Grande do Sul, se torna produtor latifundiário pastoril-charqueador, e a substituição do comércio do gado em pé, pela comercialização do charque escoado pelo porto de Rio Grande.

No século XIX que tiveram origem as atuais estruturas agrícolas do Estado, especialmente do Alto Jacuí, um espaço formado por grandes propriedades rurais dedicadas à pecuária: as estâncias e também por produtores e trabalhadores rurais, sem acesso às terras disponíveis (MERA *et al*, 2014).

As áreas de mata foram ocupadas após a Independência do Brasil através da vinda dos imigrantes (alemães, italianos, poloneses, letos, etc.), em diferentes épocas e que desenvolveram a policultura baseada na mão de obra familiar com capacidade organizativa, disciplinada e dinâmica (BRUM, 1988). Da mesma forma, Guimarães (1981), diz que o aparecimento da pequena propriedade aconteceu somente com a chegada dos imigrantes europeus nas regiões meridionais, até então não havia espaço para o trabalhador livre pobre no acesso à terra.

A vinda dos imigrantes europeus tinha como finalidade aumentar a produção de alimentos, evitando a crise de abastecimento no país, onde não havia produção suficiente para subsidiar toda a população e, além disso, o governo acreditava que no Brasil não existia

trabalhadores com conhecimento e disposição a produção agrícola. Era necessário atrair pessoas de fora. De acordo com Zarth (2002), a elite brasileira julgava necessário constituir uma massa populacional ordeira e trabalhadora, consideravam que com a abolição da escravidão, os problemas com os desocupados tinham aumentado e acreditavam que problemas deveriam ser solucionados com imigrantes que julgavam serem trabalhadores, instruídos e religiosos. Portanto, havia o mito de que a mão de obra livre no Brasil, constituída pelos caboclos e lavradores nacionais, não era capacitada para o trabalho na lavoura, por isso as políticas para atrair imigrantes.

Do mesmo modo que no restante do país, a partir de 1960, tanto no Rio Grande do Sul, quanto na região do Alto Jacuí, o desenvolvimento agrícola ocorre alicerçado pelo arcabouço institucional baseado no tripé (crédito rural, pesquisa agrícola e extensão rural). No primeiro momento com a produção de trigo e a partir de 1960 com o binômio soja e milho no verão e trigo no inverno. Segundo Zamberlam (1989, p. 91), de acordo com a história da região, “até os anos 50, não houve mudanças expressivas na estrutura fundiária. Somente com a Revolução Verde há incentivo prático de ampliação no aproveitamento de áreas, o que provoca o desmembramento do latifúndio”. Segundo Aléssio (1981), a estrutura agrária da região apresenta-se sensivelmente alterada a partir de 1960. A antiga polarização – minifúndios agrícolas e latifúndios pastoris – redefiniu-se, dando lugar a uma estrutura que tem nas empresas agrícolas mecanizadas, inteiramente especializadas na produção mercantil do binômio trigo-soja, o seu eixo articulador. Mudaram-se as formas de utilização da terra e de sua apropriação e fez surgir uma forma de organização social peculiar na região, o “granjeiro”, que atua em lavoura mecanizada e produz essencialmente para a comercialização.

Neste mesmo período, atraído por perspectivas de trabalho, migraram para região do Alto Jacuí, as primeiras famílias de agricultores quilombolas. No próximo item será caracterizado o surgimento da Comunidade Júlio Borges, abordando o conceito de Quilombo.

3.3 O surgimento da Comunidade Quilombola de Júlio Borges

O termo quilombo ou “kilombo” tem origem nos povos bantos que habitavam a região de Angola, na África. Originariamente a palavra designa lugar de acampamento, lugar de pouso, utilizada por populações itinerantes ou nômades (BERGER, 2007).

O primeiro conceito de quilombo no Brasil data de 1740 e remete estritamente a um processo de fuga e marginalidade do negro. Foi dado pelo Conselho Ultramarino Português

que definiu quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (REIS *et al.*, 2008, p. 347).

Durante o escravismo não havia oportunidade para o negro fugir de volta para as suas origens (África). Sendo assim, para resistirem à situação de opressão criavam estratégias de resistência para se protegerem socialmente do sistema escravista, através de formas de rebeldia como o suicídio, greve de fome e fugas. Muitas vezes, sem sucesso devido a vigilância dos capitães do mato. Mas, quando conseguiam fugir em grupos, tinham a chance de resistir aos perigos do mato, e sobrevivendo fora da sociedade colonial.

Segundo Berger (2007), o quilombo de Palmares foi a maior manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina, que durou quase 100 (cem) anos e criou uma sociedade alternativa, mostrando a possibilidade de uma organização formada por homens livres. Chegou a ter entre 20 a 25000 habitantes por volta de 1670. Os palmerinos implantaram um sistema produtivo dinâmico, começando com a colheita, seguido pela caça e pesca, que dava base a uma alimentação abundante, capaz de suprir toda população. Praticavam uma agricultura do tipo policultura-comunitária.

Ainda, segundo o mesmo autor, os quilombos repudiavam o sistema latifundiário dos sesmeiros e adotavam o uso útil de pequenos tratos e roçados e praticando uma economia de subsistência. A solidariedade e a cooperação eram características praticadas desde o início dos quilombos. Aos poucos, com o crescimento de Palmares a economia simples, foi substituída pela agricultura intensiva mais diversificada. Usavam técnicas de plantio, regado e colheita trazidas da África, bem como uma longa experiência agrícola, transformando-se em agricultores. Plantavam principalmente milho, feijão, mandioca, batata e cana-de-açúcar (BERGER, 2007).

Outra corrente de pensamento, como a de Ramos (1979), defendem a ideia de que as formações dos quilombos tinham como objetivo a recriação dos “Estados Africanos”, ou seja, a tentativa de frear o processo de aculturação presente na sociedade escravista, reproduzindo de diversas formas a cultura africana. Nestes espaços, poderiam manter a língua de origem, a proximidade com a família, a produção de alimentos peculiares e a religiosidade. De qualquer forma, aliava-se o rigorismo do cativo com a opressão cultural, como motivos para a fuga.

Também há de se levar em conta, que os quilombos, muito além de representarem espaços de isolamento, marginalidade e fuga da sociedade escravista, formavam uma complexa teia socioeconômica de interação com a sociedade escravista, adotada como estratégia de sobrevivência. Segundo Berger (2007), os quilombos faziam alianças com

diferentes segmentos da sociedade escravista, através da comercialização de seus excedentes agrícolas, escambo com proprietários locais e mascates e conseguiram aquilo que mais precisavam.

Na atualidade estudos desmistificam o conceito de quilombo como escravos fugidos, trazendo presente uma realidade que traz novos atores à cena, mas que ao mesmo tempo, são originários de uma sociedade escravista e excludente.

A existência das comunidades quilombolas baseia-se na crença de uma origem comum, relacionando-se internamente e mantendo uma regularidade de comportamentos semelhantes, como sustenta Anjos (2004), que diz que a identidade surge através de uma afirmação política conjunta que busca reagir a processos violentos que colocam essas coletividades em ameaça, além de serem mantidos sob opressão socioeconômica. São grupos que resistem por meio da reprodução dos seus modos de vida tradicionais e na afirmação de um território próprio.

De qualquer forma, a realidade atual dos quilombos no Rio Grande do Sul, em seus aspectos socioeconômicos e culturais estão diretamente relacionados a formação e desenvolvimento da sociedade sulina. Mesmo após a abolição da escravatura, permaneceram ligados a um proprietário de terras, fazendo moradia como agregado em espaços inabitados ou em áreas de mata, até então não utilizadas. Neste processo, serviam como mão de obra ao dono das terras, em troca de moradia e alimentos que produziam. Isto originava uma relação de dependência entre patrão e empregado.

Além disto, após adquirirem a liberdade tiveram que disputar as áreas de mata com os imigrantes europeus, que foram atraídos pelo governo, a fim de produzir alimentos e isto fez aumentar a vulnerabilidade das famílias de ex-escravos, pois não havia espaço para sua reprodução social e econômica e sendo assim aumentou a dependência das figuras de posse e poder. Conforme Rubert (2007), o ex-escravo encontrou um espaço agrário duplamente fechado: pelos latifúndios pastoris e pelas colônias de imigrantes europeus que começaram a se formar desde 1825.

A partir daí inicia-se um processo de itinerância de muitas famílias negras, que passam a sofrer constantes expropriações de seus territórios em prol de outro interesse. Aquilo que Mattos e Rios (2005), chamaram de campesinato negro itinerante, onde os recém libertos buscavam a estabilidade, mesmo que informal e uma intensa mobilidade de famílias negras, que ao mesmo tempo sofreram violências, humilhações e encurralamentos, corroborando para a fragilidade econômica e social das famílias negras.

Pode-se dizer, que a migração e itinerância das famílias negras, foi uma estratégia de sobrevivência social e econômica encontrada pelos quilombolas. As famílias estabelecidas na Comunidade Quilombola de Júlio Borges são exemplos deste processo. As famílias de escravos e ex-escravos que chegaram no município de Salto do Jacuí, na década de 60-70, são originárias de outras regiões do estado e chegaram em busca de trabalho e melhores condições de vida e são originárias de processos de expropriação e desterritorialização.

A origem das famílias moradoras de Júlio Borges está atrelada a escravos que viviam no século XIX, na região de Soledade, que pertencia à Vila de Rio Pardo. Em 1807, o Rio Grande de São Pedro foi elevado à condição de capitania, desligando-se administrativamente da província do Rio de Janeiro e ganhando assim autonomia governamental. Em abril de 1809, a Capitania era dividida em quatro vilas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. A origem das famílias que chegaram nesta região (ORTIZ, 2011).

Dentro deste contexto, a Comunidade está inserida em uma região que se alicerçou no desenvolvimento agrícola, baseado no aumento da produção e da produtividade.

Atualmente, a região do Alto Jacuí, possui 78,55% dos estabelecimentos rurais com agricultores familiares e que ocupam em torno de 30,55% da área produzida. No município de Salto do Jacuí, onde está localizada a Comunidade Júlio Borges, a agricultura familiar representa 73,3% dos estabelecimentos rurais do município e ocupa apenas 17,09% da área produzida, o que demonstra uma concentração de área tanto na região quanto no município.

O próximo capítulo irá apresentar a metodologia utilizada. A seguir, a discussão e análise dos dados, caracterizando a Comunidade Quilombola de Júlio Borges e descrevendo suas estratégias econômicas e sociais frente ao modelo de desenvolvimento agrário e agrícola regional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser classificada quanto à natureza, como aplicada, tendo em vista o interesse na aplicação e utilização prática dos conhecimentos de uma questão específica, envolvendo verdades e interesses locais (GIL, 1998).

Segundo Minayo (2013), nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. Portanto, entende-se por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. A pesquisa alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo que vincula pensamento e ação.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. A escolha da abordagem qualitativa justifica-se, por tratar-se de uma pesquisa que visa buscar elementos muito particulares e subjetivos relacionados ao modo de vida de um grupo, ou comunidade, o que não pode ser quantificado, pois expressa o ponto de vista dos participantes.

De acordo com Minayo (2013), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, sendo parte de uma realidade social, permitindo a reflexão e interpretação em torno da própria vivência e pode ser dividida em três etapas: a fase exploratória; o trabalho de campo; e a análise e tratamento do material empírico e documental.

Prodanov (2013), apresenta a pesquisa qualitativa como um método que propicia a integração entre o mundo objetivo e subjetivo do sujeito que não pode ser traduzido em números, onde os fenômenos e a atribuição de significados são básicas em seu processo e o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados, sendo o pesquisador o instrumento-chave.

Segundo Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa centra-se na objetividade. Considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. Além disto, aliar a pesquisa

quantitativa com a qualitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

De modo a atender aos objetivos da pesquisa, o estudo tem um caráter descritivo que, segundo Gil (1998), caracteriza-se pela busca da descrição de determinada população ou fenômeno, assim como o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos foi realizada pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Na pesquisa bibliográfica, são utilizadas fontes constituídas por material já elaborado, principalmente a partir de livros e artigos científicos (FONSECA, 2002). E, segundo Gil (1998), tem a vantagem de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, tornando-se cada vez mais importante a partir do momento em que o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. O estudo de campo também estuda um único grupo ou comunidade em termos de estrutura social, procurando a interação entre seus componentes, utilizando-se mais de técnicas de observação do que de interrogação (GIL, 2010).

4.1 Definição da área ou população-alvo do estudo

A base empírica deste estudo foram as famílias de produtores da Comunidade Quilombola de Júlio Borges, onde vivem descendentes de escravos negros, no município do Salto do Jacuí/RS, que atualmente conta com 109 agricultores, destes participaram do estudo, 105 quilombolas. Residem no Quilombo 35 famílias e apenas uma não participou da pesquisa.

Para a escolha desta população levou-se em conta o conhecimento prévio existente da comunidade; a proximidade do local de estudo com o município de Cruz Alta, de aproximadamente 98 km de distância.

A pesquisa de campo teve início a partir da aprovação do Conselho Nacional de Ética na Pesquisa – CONEP, parecer nº 1.271.470, CAAE 39568214.9.0000.5322 de 09/10/15.

4.2 Plano e instrumentos de coleta e análise de dados

Para pesquisa de campo foram realizadas entrevistas através de um formulário com perguntas abertas e fechadas, no período de outubro a dezembro de 2015. A análise dos dados qualitativos foi realizada através de Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2002), prevê a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a

interpretação dos dados coletados. Para Ribeiro e Nodari (2001), a estratégia análise de conteúdo está em tratar os dados descritivos como fato, falando por si mesmos, nos quais os próprios informantes apresentam o relato, preservando cada palavra originalmente falada pelo entrevistador e pelo entrevistado. Além disto, através da análise de conteúdo, segundo Minayo (2013), pode-se caminhar na busca do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que se está sendo comunicado.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo busca analisar o perfil dos integrantes da Comunidade Quilombola de Júlio Borges, a partir da pesquisa de campo realizada, além de trazer uma caracterização do local onde vivem, quais os recursos que dispõem, suas dificuldades, transformações e tendências produtivas, relacionando com o referencial teórico já apresentado anteriormente. Além disto, apresenta as estratégias de reprodução socioeconômica, adotadas pelas famílias dos agricultores quilombolas.

5.1 Caracterização da Comunidade Quilombola Júlio Borges

Conforme relatado já no capítulo anterior, a Comunidade Júlio Borges é composta por 36 famílias de agricultores. Neste estudo participaram da pesquisa 35 famílias, sendo que uma das famílias não foi encontrada na propriedade por estar em atividade em outro local. Conforme a Presidente da Associação da Comunidade Quilombola, residem na Comunidade 109 pessoas, 51,43% são do gênero masculino. Em média, cada família é composta por 03 (três) pessoas.

A maioria (27 famílias) dos membros da Comunidade estão organizados numa área central de aproximadamente 12 hectares, num grande aglomerado de casas, formando uma agrovila⁵. São as famílias Pinto, Fernandes, Miranda, Santos. A agrovila é formada pelos núcleos residenciais dos quilombolas, em casas geralmente de madeira, rodeadas pelos galpões para guardar as ferramentas e maquinários, pequenos galinheiros, chiqueiros, sem cercamento ou divisões entre uma casa e outra, que são geralmente de parentes. Além disto, os moradores possuem em sua área de residência, que dificilmente ultrapassa a 1 (um) hectare, hortas e pomares.

Também compõem a estrutura da Comunidade duas instituições religiosas, a Igreja Assembleia de Deus e a Igreja Católica (Comunidade São José). A comunidade possui uma

⁵ Agrovilas são formadas por aglomerados de residências no meio rural cujos moradores se ocupam de atividades agrícolas ou rurais. Fonte: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Ave/SistemaProducaoFrangosCorteColoniais/glossario.htm> – Acesso em 22/02/2016.

escola municipal que vai da pré-escola até o 4º ano do ensino fundamental. Para o lazer, os moradores contam com uma cancha de bocha, que é de maior interesse dos homens e o balneário da Rose (Figura 2), que possui uma infraestrutura mínima para banhos no Rio Jacuí durante dias quentes e um bar que oferece bebidas e lanches. Uma quadra de futebol, fica à disposição da Comunidade e está localizada junto à escola, podendo ser utilizada livremente pelos moradores como alternativa na prática de esportes. Encontra-se em fase de construção um Salão para Comunidade Quilombola, advindo de recursos do Governo Federal e que será utilizado para as reuniões ordinárias da Associação de Moradores e para as festas.

Conforme os dados coletados nas entrevistas junto aos moradores, verificou-se que dentre as atividades de maior destaque e preferência dos moradores e que são realizadas em conjunto com os demais membros da comunidade, estão as festividades, reuniões e cursos promovidos, como o de corte e costura, promovido pela Cáritas Brasileira – Diocese de Cruz Alta e do bolsa família, que é promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Representa uma oportunidade para os beneficiários do programa em buscar qualificação profissional, onde são oferecidos cursos de artesanato. Também foi citado os momentos do plantio (que fazem em conjunto). As atividades de lazer de maior preferência dos quilombolas estão ir à Igreja, passear e tomar mate nos vizinhos, jogar bola, bocha e ficar em casa com a família. Dizem não sentir falta de outra atividade de lazer. Sentem-se satisfeitos com o que a Comunidade oferece.

Figura 2 - Área de Lazer na Comunidade Quilombola - Balneário da Rose



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

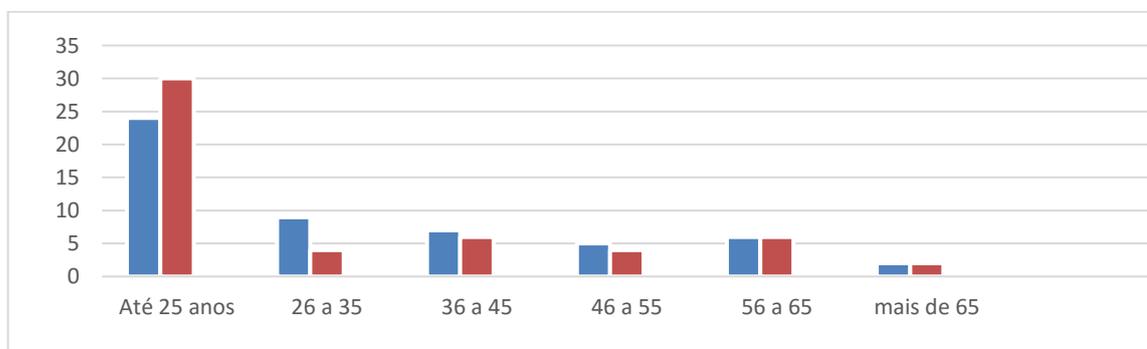
A água potável da vila, vem de um poço artesiano (caixa d'água), onde mensalmente cada morador tem uma despesa de 25 (vinte e cinco) reais. Uma pessoa da comunidade fica

responsável pelo recolhimento do valor de cada morador e faz o pagamento. Mas segundo um dos entrevistados “a distribuição da água está deficiente, porque seguidamente vem fraca, sem força, acaba faltando água. Os canos são muito pequenos, tem que melhorar a estrutura” (Entrevistado 35).

Também há outro núcleo de casas residenciais que estão distribuídos na “área nova”, que é bem próxima da agrovila. São 9 (nove) famílias que optaram em mudar-se para esta área. A água disponível vem de um “olho d’água”, com encanamento até as residências. Os moradores estão buscando junto ao Ministério Público Federal (MPF), apoio para transformar em água tratada e de qualidade. Este núcleo residencial, encontra-se com maior distância entre uma casa e outra. Mas as condições de moradia, são parecidas: casas de madeira, galpões, chiqueiros, galinheiros, animais soltos como porcos, galinhas, cachorros e gatos, com pequenos roçados e lavouras próximo às casas. Moram bem próximo a área de mata.

Conforme a Figura 3, percebe-se que das 105 (cento e cinco) pessoas participantes da pesquisa, a maioria (51% dos entrevistados) é composta por pessoas jovens, até 25 anos, em idade escolar e mulheres são o maior número. Já na faixa etária de 26 a 35 anos (13% dos entrevistados), os homens se apresentam em maior número e conforme a pesquisa, já são pessoas que constituíram família, não concluíram o ensino fundamental e estão trabalhando como diaristas em granjas vizinhas de soja e milho ou nas lavouras de fumo. A pesquisa também apresenta um número considerável (18% dos entrevistados) de pessoas na idade entre 56 e mais de 65 anos. São os “mais antigos” da comunidade, como os integrantes denominam e por isto, justifica o número de aposentadorias e pensões na comunidade.

Figura 3 - Idade dos moradores da Comunidade Júlio Borges



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Com relação à escolaridade, pode-se verificar que atualmente as pessoas de idade até 25 anos, estão regularmente matriculadas e estudando em alguma instituição de ensino ou já

concluíram o ensino médio. Aqueles que se declararam analfabetos, são as pessoas acima de 55 anos, que disseram que na época em que podiam estudar, as coisas eram difíceis, precisavam trabalhar para ajudar no sustento da casa: “o estudo na época era só para uma minoria, era tudo muito longe, nós tínhamos que trabalhar” (Entrevistado 26).

Os entrevistados na idade entre 26 e 55 anos são aqueles que cursaram (32% dos entrevistados) até o 4º ano do ensino fundamental e dizem que no decorrer dos anos tiveram que optar pelo trabalho e o cuidado com a família e assim tiveram que desistir dos estudos.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta (Figura 4) é a única escola da Comunidade e oferece ensino da pré-escola até o 4º ano. Após este ano escolar, os alunos têm que se deslocar até a Distrito de Tabajara, que é um vilarejo distante a 3km da Comunidade, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Euclides Kliemann. Lá é oferecido estudo até o 9º ano. Para cursar o ensino médio os alunos tem que ir para a cidade de Salto do Jacuí, no Instituto Estadual de Educação Miguel Calmon. Para os deslocamentos, tanto para a Tabajara, quanto para a cidade, existe a disponibilidade do transporte escolar público, que vai até a comunidade, busca os alunos e os traz de volta após o término das aulas, diariamente.

Figura 4 - Escola Municipal Padre José de Anchieta (esquerda) e Salão Comunitário Igreja Católica (Comunidade São José à direita)



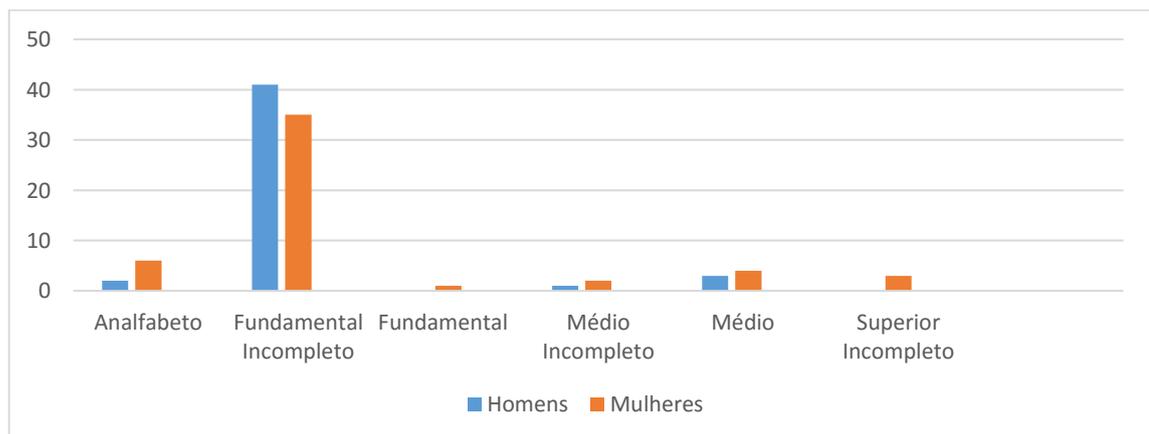
Fonte: Pesquisa de Campo 2015

Além disto, surgiu desde 2014, a possibilidade dos jovens cursarem o ensino superior, através do Programa de Ações Afirmativas do Governo Federal – PROAAF, na Universidade de Rio Grande – FURG. Conforme o INCRA (2015), podem participar do processo seletivo,

que ocorre anualmente e oferece 10 vagas, integrantes de comunidades quilombolas com certidão de auto reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, que no caso da Comunidade Quilombola de Júlio Borges, teve o reconhecimento legal reconhecido em 12 de maio de 2006. O processo seletivo para ingresso na universidade é composto por prova de redação e 15 questões objetivas de Língua Portuguesa. Os aprovados no processo seletivo específico encontram uma série de ações voltadas ao desenvolvimento acadêmico. Os benefícios incluem moradia, transporte, alimentação, recursos para fotocópias, bolsas de auxílio financeiro, semana de aclimatação (Acolhida Cidadã) e cursos de reforço em temas escolhidos. Além disso, recebem acompanhamento pedagógico de um professor e de outro estudante, também bolsista.⁶

A Comunidade Quilombola conseguiu a aprovação de 4 (quatro) jovens para ingressarem na graduação em Rio Grande. Apenas 1(um) não conseguiu adaptar-se à realidade acadêmica do curso de Administração e retornou para a Comunidade. Os outros aprovados, 3(três) jovens mulheres quilombolas optaram pelos cursos de Pedagogia e Educação do campo – ênfase em ciências da natureza e ciências agrárias e no Curso de Medicina. O nível de escolaridade dos quilombolas Júlio Borges, estão descritos na Figura 5.

Figura 5 - Nível de escolaridade dos moradores da Comunidade Júlio Borges – Salto do Jacuí/RS



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Nesta primeira parte, pode-se visualizar quais as características em âmbito comunitário, presentes entre os integrantes da Comunidade Quilombola. Embora a comunidade esteja composta por basicamente 3 (três) núcleos familiares: Pinto, Miranda e

⁶ Fonte: <http://www.incra.gov.br/noticias/abertas-inscricoes-para-quilombolas-em-universidade-gaucha>. Acesso em 22/02/2016.

Fernandes, entre estes há relações de troca e reciprocidade, independente do laço parental. Há uma solidariedade compartilhada com todos que lhes são próximos. A infraestrutura comunitária na agrovila ainda é mínima, mas já há grandes melhorias nos processos de empoderamento desta população quanto a situação de bem estar material. Também é positivo o grande número de crianças e jovens que estão na escola. Isto representa mudança do passado, em que poucos tinham oportunidade de estudo.

5.2 Transformações e tendências de organização produtiva da Comunidade

No início da formação da Comunidade, os primeiros quilombolas que chegaram ao local, tinham que trabalhar como agregados e peões nas terras de algum granjeiro. Poderiam plantar, mas grande parte da produção era destinada aos patrões. Conforme afirma os entrevistados: “Era sofrida, plantava mandioca, batata, com bois e arado. Trabalhava de peão para ter como se sustentar. Faltava tudo, não tínhamos nada, só os filhos”. (Entrevistado 21)

Antigamente era escravidão, trabalhávamos a troco de nada. Era a mandioca, feijão, milho, batata. Com arado e quando não entrava arado fazíamos na enxada. Vivíamos dos restos dos alimentos que os ricos da época nos davam e dos alimentos que ganhávamos na troca de serviços. Plantávamos para outras pessoas. Não tinha terra, era com os patrão em sociedade (Entrevistado 20).

Atualmente, pode-se dizer que houve a manutenção da produção do cultivo das culturas produzidas “antigamente”, como a mandioca, amendoim, milho, batata e o feijão. Alimentos estes que são tradicionais dentro da cultura quilombola e que permanecem como patrimônio imaterial, onde saberes, crenças e rituais são transmitidos de geração a geração. São técnicas presentes na memória coletiva desta população, como a forma de cultivo, manejo, colheita e os pratos/receitas confeccionadas com estes itens. Para Zuin *et al* (2008), trata-se de processos de aprendizagens histórico-culturais

Muito mais que uma necessidade física e biológica a produção do alimento e o ato de se alimentar são históricos e culturais. Desde seu cultivo até o ritual que perpassa pelo ato de se alimentar, são aprendizagens histórico-culturais que foram e vão passando-se de geração em geração por relações mediadas. Na produção e no consumo de alimentos, encontramos também a cultura de um país, de uma região e de uma família, ou seja, a construção de saberes de uma coletividade (ZUIN *et al.*, 2008, p.23).

Dentre os pratos típicos da cultura africana, e que são práticas dos integrantes da comunidade de Júlio Borges, estão aqueles feitos à base de milho, como a canjica salgada e doce, pão de panela (Figura 6), também a mandioca cozida, carne de porco frita, batata-doce

caramelizada, rapadura de amendoim, quibebe, feijão cozido de todos os tipos (miúdo, de cor, preto, etc.); arroz com galinha, comprovando que os hábitos alimentares estão diretamente ligados à sua trajetória histórica.

Figura 6 - Membro da Comunidade e o pão de panela feito à base de milho



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Os primeiros moradores que chegaram na Júlio Borges, vieram atraídos pela possibilidade de trabalho nas pedreiras da região. Sabendo que a extração de pedras ágatas estava em expansão e que precisavam de trabalhadores, algumas famílias se deslocaram da região de Arroio do Tigre (Linha Fão) em busca de melhoria de vida, considerando que estavam passando por dificuldades, inclusive com a falta de alimento.

As inúmeras dificuldades vividas pelos quilombolas em tempos passados estão presentes na memória destas famílias, e ratificam os processos de itinerâncias e expropriações vividas por elas, bem como a relação de dependência estabelecida com proprietários de terras, como estratégia de sobrevivência socioeconômica. Aquilo que Cardoso (1987) e Mattos e Rios (2005) indicavam como protocampesinato e campesinato negro itinerante. Esta relação se confirma, de acordo com o relato da Entrevistada 2, integrante da comunidade remanescente de quilombola de Júlio Borges, em que a mesma narra a vinda e ocupação do território. Além disto, este relato ratifica a relação de dependência entre patrão e empregado, relação esta que se mantém desde os tempos do escravismo, permanecendo ligados, mesmo em liberdade a um proprietário de terras, em troca de moradia e alimentos que produziam.

Como era muito difícil no Fão, né. Daí aqui tinha a terra do seu Vitor Ferreira, que essa granjinha do outro lado ali. Daí eles vieram pra cá. O finado meu vô conhecia esse Vitor Ferreira, que tinha irmã lá no sítio e daí através da conversa das informação ele passou a contar da pedreira que ele tinha aqui, sabe. Daí ele veio o finado meu vô, não veio de vereda. Veio de barraco para experimentar, ver se tinha futuro trabalha na pedreira ou não. Tocaram uns dois meses de acampamento, daí acharam que eram bem melhor do que passavam lá no Fão. O que a gente escuta que eles trabalhavam a troco de quilo de comida assim sabe a época que eles estavam lá. Daí quando deu dois meses o vô resolveu ir buscar a família e vim todos eles pra cá. Daí veio a família do finado vô e o fiaredo que ele tinha casado, as família já casada, vieram tudo junto. Vieram e gostaram. Foi por isto que vieram pra cá, para melhorar a situação, né [...]. Os primeiros moradores daqui ganharam morada do seu Vitor, dentro da granja dele. Umas cinco famílias dos Pinto. Quando viram que aqui era melhor, daí se adaptaram com o seu Vitor. Seu Vitor mandou, podia vim. Fizeram uns barracão pra iniciar. Até começaram uma casinha depois. Quando precisava, trabalhavam na pedreira e pro seu Vitor e podiam ter uma lavourinha também. (Entrevistada 2).

Com o passar dos anos muitos moradores, conseguiram adquirir seu “pedaço de terra”, seja através da compra, doações ou posses, mas que não ultrapassam 1 a 2 hectares, compreendendo a área de moradia e na maioria, não possuem escritura pública do imóvel.

É unanime entre os entrevistados que houve melhoria de vida dos tempos antigos para cá e que, segundo eles mudou muito o jeito de plantar, onde referem-se especialmente à mecanização agrícola e também porque hoje dizem possuir a terra para plantar, o que antes era possível apenas nas “terras dos outros”. Nota-se, porém, que muitos agricultores ainda se utilizam de ferramentas manuais para a produção. O “maquinário” disponível na comunidade está sendo utilizado basicamente para o cultivo da soja (área nova).

Mudou muita coisa, fazíamos a planta manual hoje existem muitas máquinas que substituem a mão de obra. Hoje é melhor (Entrevistado 18). Mudou muita coisa. Hoje já não somos escravizados, trabalhamos para nós mesmos. Hoje vivemos no paraíso, hoje comemos do bom e do melhor (Entrevistado 20). O modo de plantar mudou. Antigamente não se usava agrotóxico nas lavouras e nem trator. Hoje se faz tudo com maquinário. (Entrevistado 25).

Estes agricultores, que cultivam o milho, amendoim, mandioca, feijão, fazem questão de “ir para a lavoura”, seja nas áreas ao redor das moradias ou na “área nova” de plantio. Vestem-se a rigor, com chapéus de palha, roupas de manga comprida e calçado fechado e juntamente com a família e vizinhos fazem o plantio, a colheita, a capina ao redor das plantas, ou então após dias de chuvas, cobrem as ramas de mandioca destapadas, com a utilização de ferramentas manuais como a enxada e bois de arado. É um trabalho artesanal, como pode-se visualizar na Figura 7.

Figura 7 - Plantio manual do milho pelas mulheres quilombolas



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Esta forma de produzir encontra-se presente na maioria dos agricultores, onde preferem utilizar a força braçal, os equipamentos e seus saberes tradicionais na lavoura (Figura 8). Embora a comunidade dispunha de diversos equipamentos adquiridos através do governo federal, optaram pelo modo de plantio manual por terem o domínio da técnica e assim não precisarem de “terceiros pagos” para trabalhar com máquinas e equipamentos modernos. Com o plantio mecanizado teriam que, além de pagar alguém para trabalhar, colocar o combustível para abastecimentos dos veículos. E, como muitos, não dispõem de recursos para investimentos e nem estão aptos para acessar as políticas agrícolas do Pronaf, devido a renda insuficiente e não-existência de posse legal das terras, ou ainda, com situação de crédito negativado, permanecem contando com seus saberes tradicionais.

Os equipamentos agrícolas, foram adquiridos através de recursos do orçamento do estado via Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural – SDR, na ação de Fortalecimento Socioeconômico de Comunidades Quilombolas, que foi construído no Plano Plurianual 2012-2015. Segundo, um entrevistado, a comunidade está bem equipada, “nós temos caçamba, jumbo, bateadeira de cereais, passadeira de veneno, plantadeira, carroção, trator, só nos falta uma grade agora” (Entrevistado 35).

No entanto, são poucos os produtores que sabem utilizar os equipamentos agrícolas adquiridos.

Figura 8 - Agricultor lavrando a terra com utilização dos bois de arado para plantio de amendoim



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Quanto ao trabalho nas lavouras, das 35 famílias entrevistadas, 46% disseram contratar mão de obra remunerada para auxiliar na produção agrícola, e 54% das famílias dizem contar com a ajuda de vizinhos, onde em troca de dias trabalhados (troca de serviço), realizam o cuidado com a lavoura de forma coletiva (Figura 9), ou então dos próprios membros da família, na hora de produzir. Além disto, 20% das famílias bucam a assessoria técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater. A entidade é vista como o apoio “para saber como e o que plantar e que insumo utilizar”. Trata-se de um serviço oferecido gratuitamente à comunidade.

Figura 9 - Trabalho coletivo realizado por um grupo de agricultores na limpeza da lavoura de amendoim



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Com o tempo, mesmo com a utilização de ferramentas manuais, acabaram criando tecnologias que vieram contribuir com as lidas na lavoura. Exemplo disto, é o pulverizador (Figura 10) criado pelo Entrevistado nº 35, que é acoplado a uma junta de bois:

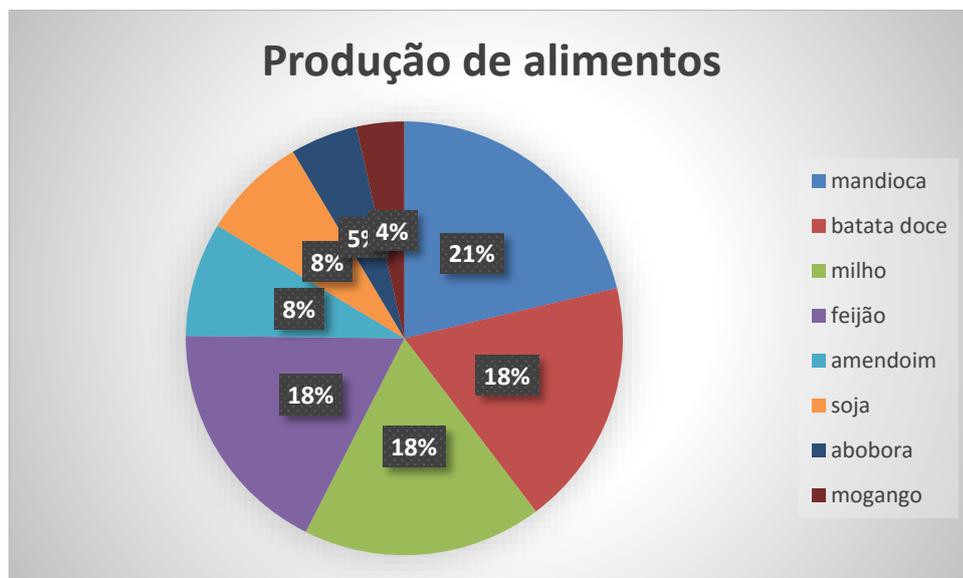
Figura 10 - Pulverizador feito por agricultor quilombola para ser acoplado a junta de bois



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

O quadro 1, mostra quais os produtos agrícolas estão sendo cultivados na Comunidade Quilombola de Júlio Borges e quantos produtores produzem cada item. Não estão descritos a produção de legumes, verduras e frutas, por serem insignificantes o número de produtores para estes itens. O plantio da mandioca está presente entre o maior número de agricultores quilombolas, que serve de base alimentar aos quilombolas e também para os animais. Conforme relato de uma das integrantes, em novembro de 2015, “esse ano deu tanta mandioca, que sobrou nas lavouras, agora a gente está alimentando os bichos”. Em seguida, vem a batata-doce, o milho e feijão. (Entrevistado 30)

Figura 11 - Detalhamento da produção agrícola e porcentagem de produtores que cultivam os alimentos



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Da produção agrícola na Comunidade, os únicos itens que os agricultores dizem ter a intenção de comercializar é o feijão (9% das famílias), e a soja (31% das famílias). O cultivo da soja na comunidade já está no segundo ano, mas garantem que “da primeira vez” não ganharam nada, por terem muitas dívidas com o custo da produção de soja. Desta vez, há expectativa de que sobre “uns trocados” do cultivo. Os demais itens produzidos são para o consumo familiar, animal, sementes e para trocas entre os membros da comunidade.

É prática comum dos quilombolas, utilizar-se das trocas alimentares entre os vizinhos e parentes próximos. Aqueles que optaram pelo plantio do feijão, da mandioca, do amendoim, após a colheita fazem a troca com parentes e vizinhos por produtos que não produziram nas

suas lavouras e vice-versa. Por exemplo trocam feijão por milho, amendoim por abóbora, etc. E também fazem doações as pessoas que lhes são próximas. Uma forma de agradecimento por alguma dádiva recebida. Estas relações de reciprocidade, são estratégias de sobrevivência e reprodução dos agricultores quilombolas, que permitem a construção de uma rede de solidariedade, tanto para os tempos difíceis, quanto para os bons tempos.

Ao mesmo tempo, em que se constata a permanência do cultivo de alimentos tradicionais peculiares à matriz africana, se comparado a anos anteriores, nota-se que houve a inclusão do cultivo da soja na comunidade quilombola de Júlio Borges. Trata-se de uma cultura nova, que foi introduzida no Brasil, mais fortemente a partir da década de 60-70, sendo prioritariamente destinada à exportação. Culturalmente no Brasil, a soja não se destina à base alimentar e sim para transformação em ração animal e óleo vegetal. Tal cultura traz consigo uma série de exigências quanto ao uso de tecnologias, especialmente ao uso de fertilizantes, pesticidas, herbicidas e mecanização ao plantio e colheita. Devido ao alto custo de produção, algumas empresas ofertam pacotes tecnológicos em que o produtor adquire sementes, defensivos, pesticidas, adubação, para pagamento posterior à colheita.

A partir da década de 1960, devido à política de subsídios ao trigo visando auto-suficiência do país desse grão, foi que a soja se estabeleceu como cultura economicamente importante para o Brasil. Naquela década, sua produção multiplicou-se por cinco (passou de 206 mil toneladas, em 1960, para 1,056 milhões de toneladas, em 1969). A maior parte desse volume, 98%, foi produzido nos três estados da Região Sul, onde prevalecia a dobradinha, trigo no inverno e soja no verão.⁷

Também foi a soja, a partir dos anos 70, o produto que recebeu maior volume de crédito ofertado pelas instituições financeiras e incentivo governamental, absorvendo na época, em torno de 60% do crédito agrícola destinado ao Rio Grande do Sul, seguido da cultura do arroz. A prioridade era alocar recursos de crédito rural às culturas de exportação que representavam crescente retorno em termos de rentabilidade (FURSTENAU, 1988).

Dos 35 entrevistados, apenas 31% optaram pelo plantio da soja (Figuras 11 e 12), dizem não deixar de cultivar os outros produtos que servem de base alimento, mas alegam ter apostado em uma cultura diferente que pode trazer a possibilidade de ganho financeiro e melhoria de vida para as famílias. A área plantada neste ano agrícola 2015-2016, não ultrapassa 50 hectares. Segundo relato de um dos agricultores que fez o plantio de soja,

⁷ Fonte: <http://www.agrolink.com.br/culturas/soja/historico.aspx>. Acesso em 12/02/2016.

Muitos não tinham condições de plantar ou não são da pegada, a semente tá muito difícil e tem que ter o nome limpo. Tem gente que não plantou um pé de nada. Daí os esperto pegam o trator e mão sobra para os outros. Se tiver crédito arruma. Nós tinha um resto que é do pacote passado na Cotriel⁸. O veneno, o adubo nós tinha na cooperativa. A semente nós tinha que arrumar com outras pessoas. Daí cada um correu atrás. Cada um por si (Entrevistado 35).

Figura 12 - Agricultor quilombola mostrando a produção de soja



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Figura 13 - Lavoura de soja no território



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

⁸ Cotriel – Cooperativa Tritícola de Espumoso.

Com relação a produção animal, a Comunidade produz diversos tipos de animais, que destinam-se basicamente como instrumentos de trabalho (bois) e para consumo (galinhas e porcos). Como exemplo apresentamos a criação de frangos, galinhas soltas (Figura 13).

Figura 14 - Criação de frangos/galinhas nas áreas residenciais



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Dos produtos de origem animal (Quadro 2), são utilizados para alimentos os ovos (galinhas) e o leite (vacas). A carne que está presente na mesa dos quilombolas, vem em primeiro lugar dos frangos e depois dos suínos. Dificilmente a “carne de gado” está na mesa do quilombola, pela própria preferência cultural dos quilombolas e também pelo custo de produção e consumo deste item. As pequenas criações de animais domésticos, como as galinhas e os porcos, exigem um baixo investimento, e se alimentam dos restos alimentares das famílias ou dos excedentes das lavouras. Já a criação de gado, exigiria maiores investimentos em pastagens e remédios veterinários.

Quadro 1 – Produção Animal demonstrando o tipo de produção e o número de exemplares na comunidade

Animais de Produção	Quantidade
Frangos/galinhas	225
Suínos	54
Bois de arado	8
Vacas	4
Touros	2
Novilhas	2
Terneiros	1
Ovinos	1

Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

O próximo item tem como objetivo analisar as estratégias produtivas e de reprodução sociais e econômicas dos agricultores entrevistados neste estudo.

5.3 Estratégias de reprodução social e econômica da Comunidade

Em virtude do contexto apresentado das tendências produtivas da Comunidade, pode-se dizer que um entrave para sua reprodução social e econômica é a ausência dos filhos que saíram para morar fora por falta de opção de trabalho e renda. Pode-se dizer que esta não é uma realidade exclusiva da comunidade quilombola Júlio Borges. Segundo Mera (2011), a diminuição da população rural na região tem ocorrido principalmente devido à falta de sucessão da atividade agrícola, onde muitos jovens, filhos de agricultores, saem da propriedade em busca de trabalho ou saem para estudar e não mais retornam. Preferem ter a segurança do trabalho assalariado do que ser o “proprietário” de terras. Segundo a autora, este é um tema que deve ser discutido antecipadamente, gerando oportunidade para a população mais nova do campo, de forma a promover o crescimento conjunto de todos os membros da família, inclusive com remuneração mensal a estes jovens, que almejam ser parte do empreendimento rural.

No mesmo sentido, Spanevello (2008), diz que a possibilidade de permanência dos filhos na atividade agrícola depende das condições econômicas e sociais oferecidas pelos agricultores. E além disto, outros fatores podem estar intrinsecamente relacionados, como a

modernização agrícola que afeta diretamente os agricultores criando maiores necessidades de investimentos de capital, e nem todos têm esta capacidade de adaptação ao “moderno”, a proximidade entre o rural e o urbano e como já dito, a dinâmica interna do grupo familiar.

Para muitos quilombolas, que possuem na memória, um passado ligado a sofrimentos e itinerâncias, a permanência dos filhos na agricultura é um risco para integridade das famílias, por isto defendem que os filhos estudem e sigam outro rumo para além do trabalho da lavoura, conforme as entrevistas a seguir:

Espero que os filhos estudem, façam faculdade, terminem os estudos. Os mais novos não gostam muito da roça. Para nós era a única opção. Eles têm chance (Entrevistado 3). Gostaria que meus filhos cursassem uma boa faculdade, para ter um futuro melhor que o meu (Entrevistado 4). Quero que meus filhos vão cursar uma faculdade. Não gostaria que eles permanecessem na agricultura. Desejo um futuro melhor que o meu (Entrevistado 11). Faça uma faculdade e que tenha um futuro melhor. Não quero que permaneça aqui porque não quero que ela passe o que eu passei (Entrevistado 12).

Se por um lado alguns entrevistados relataram que não querem que os filhos sofram o que eles sofreram, por outro, alguns pais sonham que seus filhos façam um curso superior e retornem para contribuir com a comunidade. Conforme corroborado pelos entrevistados abaixo:

Gostaria que fizesse uma faculdade, se formasse e voltasse para a nossa comunidade para nos ajudar com o que aprendeu (Entrevistado 10). Gostaria que a Angélica voltasse para ajudar na comunidade (Entrevistado 23). Sonho com o futuro dos meus netos, gostaria que eles pudessem ter o estudo que não pude dar para meus filhos. E gostaria que permanecessem na agricultura, voltando para ajudar a comunidade (Entrevistado 26). Queria que fizessem uma boa faculdade e retornassem para nos ajudar na agricultura (Entrevistado 32).

Pode-se dizer que uma das estratégias econômicas utilizada pelos produtores é a atividade fora da comunidade, pois 77% das famílias dizem buscar atividade fora da propriedade para garantir renda. Geralmente 02 (duas) pessoas por família (os genitores) trabalham como diaristas (40%) na atação, plantação de tabaco em época de safra e dizem ganhar em média 50-70 reais por dia/pessoa, com até 15 horas de trabalho.

O que diferencia um agricultor familiar dos demais, como disse Schneider (1999) será a forma como se relaciona com os modos de produção. Algumas estratégias são praticadas pelos quilombolas, a fim de manterem-se na agricultura, na comunidade. Uma delas são estas as atividades desenvolvidas fora da propriedade e não-agrícolas, em busca de remuneração. Tais atividades, como o trabalho em pedreiras e serviços gerais, garantem a manutenção econômica e ao mesmo tempo social das famílias, pois possuindo renda, podem manter seu

modo tradicional de se reproduzir, que acontece através da produção agrícola em pequena escala e com a finalidade principal de garantir a alimentação e bem-estar da família.

Na região do Alto Jacuí, onde está localizada a comunidade, a produção de fumo se destaca principalmente nos municípios de Arroio do Tigre e Salto do Jacuí (Tabajara), que são limítrofes com a Comunidade. A locomoção do quilombola ocorre com transporte pago pelos produtores fumageiros. Este trabalho ocorre de forma sazonal durante o período de dezembro a março.

Além do fumo, os quilombolas trabalham em outras atividades fora da Comunidade, tais como: garimpo na extração de pedras ágatas; operador de máquinas agrícolas; cozinheiro em escolas; diarista em outras atividades agrícolas (milho, feijão).

A segunda atividade econômica de maior contribuição para a economia no município do Salto do Jacuí, vem da mineração. O município possui uma das maiores jazidas do mundo de pedras ágatas. Neste sentido, instalaram-se diversas empresas formais e informais com o objetivo de realizar a extração, beneficiamento e comercialização deste mineral.⁹ Dentro da comunidade quilombola de Júlio Borges há diversas jazidas de extração, onde muitos moradores são atraídos para este trabalho e apesar de considerarem um renda significativa no incremento da renda, a extração de pedras preciosas é considerado pelos quilombolas como um trabalho extremamente pesado e sujeito a acidentes no meio do maquinário, como já aconteceu anteriormente. Na maioria das vezes, não há garantias trabalhistas, nem materiais de proteção individual. Trata-se de um trabalho informal. Além disto, os moradores que “catam” pedras fora dos locais licenciados, podem oferecer para venda nas pedreiras formalizadas.

Com relação a renda de cada família não foi possível mensurar com exatidão, pois nem todos informaram ou é incerta. Mas pelos dados da pesquisa, pode-se dizer que é em torno de 1 salário mínimo por família ou até menos que isto. Nenhuma família declarou ter ganho com a safra de soja, plantado na área nova (2014/2015). Dizem ainda não ter recebido nada. Só pagamento de dívidas por enquanto.

Grande parte da fonte de renda das famílias vem de aposentadorias ou pensões, do bolsa família e dos trabalhos como diaristas e peões em granjas ou na colheita do fumo. Recebem mensalmente cestas básicas do governo federal, através da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, graças ao apoio de uma amiga da comunidade que tinha ligação

⁹ Fonte: <http://www.saltodojacui.redecidades.net/dados.html> Acesso em 12/02/2016.

com o governo estadual da época, que encaminhou pedido, justificando que se tratava de população de baixa renda e que, segundo uma das entrevistadas, “às vezes atrasa, mas vem”.

Observou-se ainda, durante a pesquisa, que a comunidade vive em certa precariedade de moradia, especialmente pela qualidade das casas residenciais (madeiras envelhecidas, soltas e podres), o sistema hidrosanitário (esgotos a céu aberto) e falta de água potável em alguns locais para alimentação e higiene (Figuras 14 e 15).

Figura 15 - Situação das residências dos moradores



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Figura 16 - Situação das residências dos moradores



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Questionados sobre o que teria mais valor na sua residência, a maioria respondeu que a casa era o que tinham de mais valor, mas ao mesmo tempo sonham com uma casa melhor de alvenaria.

Embora eu já tenha minha casa, que no momento é o mais importante e de valor para mim, eu queria uma casa de alvenaria que fosse plana (Entrevistado 12). Tudo é importante para mim...minha casa, meus móveis. Mas gostaria de uma casa melhor, porque chove por tudo na minha casa (Entrevistado 21). De valor eu tenho minha casa, minha filha e minhas coisas. Queria uma casa melhor (Entrevistada 28).

Apesar do Governo Federal ter o Programa Minha Casa Minha Vida para as comunidades rurais e a Comunidade já ter protocolado pedido de habitações, através do Governo Federal no PNHR, os contratos da Júlio Borges ainda estão em trâmite Caixa Federal – Superintendência de Passo Fundo, aguardando liberação orçamentária do Ministério da Cidades para contratação desde 2014.

Dos 35 entrevistados, 43% disseram possuir financiamento e/ou empréstimos a fim de suprirem necessidades como – contas acumuladas, custeio para lavoura, equipamentos, construção de casas e para tratamento de saúde. A instituição bancária que mais aparece oferecendo crédito é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, em valores que variam de R\$ 5.000 a R\$ 7.000. Em seguida vem o Banco do Brasil, com valores de R\$ 1.000 a R\$ 3.000 também o Sicredi e Bradesco, com valores em torno de R\$ 1.000. Os agricultores dizem ter dificuldades de acesso ao crédito, devido aos entraves burocráticos.

Além disto, percebe-se uma falta de conhecimento, especialmente em relação ao acesso às políticas públicas e direitos da comunidade. Parecem sempre precisar de um intermediário externo, que vai atrás dos documentos, fazem os papeis, “sabem mais”.

Dentro dos requisitos do INCRA para reconhecimento de territórios quilombolas, é necessário que os integrantes destas comunidade se autodefinam como tal. Ou seja, é imprescindível que algumas práticas cotidianas, como a relação com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e cultura própria aos remanescentes de quilombos esteja presente. Segundo a Fundação Cultural Palmares, remanescente de quilombos são todos os descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e

eligiosas ao longo dos séculos. Diante disto, os entrevistados foram questionados sobre o que era para eles ser quilombola e o que fazia para preservar este patrimônio imaterial¹⁰.

Ser quilombola é não negar a cor. Entre os quilombos não tem preconceito, se reconhecem. Preservamos nossa cultura através do nosso artesanato, da dança e basta olhar a cor da pele (Entrevistado 1). É lutar pelos meus ideais. falar de como era tudo no passado (Entrevistado 4). É lutar pelos nossos ideais, nossos direitos. Cultivar a cultura de nossos antepassados (Entrevistado 10). Não esquecer de suas origens, do que passaram os mais velhos. Resgatamos isso aos poucos, falando de como eram, do que viviam, da sua cultura (Entrevistado 15). É representar nossa cultura e nossa cor. Contando as histórias e levando a cultura dos antepassados adiante (Entrevistado 17).

As religiões de matriz africana são aquelas que tem origem na África, berço da raça humana. Os negros chegando ao Brasil na condição de escravos, conseguiram mesmo que em cativeiro e sob regime de privação manter a sua religiosidade, o culto a Deus e as outras entidades transcendentais e de sua crença. Adaptaram-a ao regime escravocrata e ao cristão-católico, suscitando o candomblé, o batuque, a umbanda, o xango, o tambor, entre tantas outras.¹¹ Durante a pesquisa, ao serem questionados, sobre quais seriam as suas práticas religiosas, todos os entrevistados identificaram-se ou como católicos (43%) ou como evangélicos (43%), e os demais (14%) não manifestaram sua opção religiosa. Em grupo focal, da mesma forma, surgiu o assunto religiosidade, e de forma unânime disseram que na comunidade não havia práticas religiosas de origem africana. A partir disto, pode-se dizer que, no processo de integração na sociedade escravocrata, mesmo após a abolição, as constantes migrações em busca de melhoria de vida, as itinerâncias, violências, fez com que se perdesse no caminho sua prática ancestral de cultuar a Deus. Ou seja, um processo de aculturação, como Neves (2004) defendeu ou a ocidentalização do mundo, como disse Ianni (1992). Talvez pela situação de fragilidade desta população, os processos de mudanças, a ligação com os padrões, estando sempre na condição de dependentes e subordinados, tiveram de optar e buscar aquilo que era atribuído como ideal na sociedade “moderna” ou ocidentalizada. Portanto, constata-se um silenciamento e desconhecimento na comunidade, quanto as práticas religiosas de origem africana.

¹⁰ Segundo a Unesco, Patrimônio cultural imaterial compreende “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Transmitido de geração em geração, esse patrimônio é mantido e permanentemente recriado pelas comunidades e grupos em função de sua interação com o meio em que vivem e com a sociedade mais ampla. Fonte: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=49 Acesso em 22/02/2016.

¹¹ Fonte: <http://www.mundojovem.com.br/artigos/religioes-de-matriz-africana> Acesso em 22/02/2016.

Outra questão a ser levantada, é a necessidade de uma maior politização e da participação nos espaços de controle social. A comunidade é bastante dependente de pessoas, políticos, lideranças externas que “são amigos” e contribuem para encaminhar projetos, soluções. Entende-se que a própria comunidade deve suscitar lideranças e promover o empoderamento comunitário, porque ao contrário disso, correm o risco de encontrarem pessoas (externas) disponíveis nestas contribuições e ajudas, que buscam apenas o favorecimento próprio.

Quanto ao acesso aos serviços públicos, os entrevistados dizem estar satisfeitos com a educação, assistência social. Porém é unânime a precariedade dos serviços de saúde. Tem dificuldades de acesso, pois não há um posto de saúde no local. Tendo de se deslocarem para o Distrito de Tabajara, sendo que nem sempre conseguem atendimento ou não tem os medicamentos. Para ir à cidade, no Posto de Saúde Harmonia, que é destinado para atendimento aos quilombolas (não exclusivo), é necessário pagar alguém que tenha veículo para levar o paciente.

Dentre as perspectivas de futuro, os entrevistados desejam em sua maioria que a comunidade cresça cada vez mais, “que saiam as tão sonhadas casas”, que haja prosperidade e que as famílias possam melhorar suas vidas através do plantio. Além disto, há um comprometimento de cada entrevistado em contribuir na união do grupo e com o crescimento comunitário.

5.4 A “área nova” e a tendência de seguir a reprodução econômica regional

Antes de receber autorização do Governo do Estado em 2014, para utilização da nova área, os quilombolas contavam apenas com 12 hectares, que abrigava o conglomerado das 36 famílias, com algumas exceções, onde alguns tinham adquirido pequenas porções de terra para plantio nas redondezas. Hoje a comunidade conta com 211 hectares, ou seja, abriram-se novas possibilidades de reprodução social e econômica aos agricultores quilombolas de Júlio Borges.

Atualmente, com este novo espaço de plantio, os agricultores que optaram pela produção mecanizada, dependem basicamente de 3 (três) pessoas da comunidade (quilombolas) que detêm o conhecimento necessário para operar máquinas e que “entendem da lavoura”. São pessoas, que adquiriram experiência em granjas onde desempenhavam atividades como trabalhadores temporários na região. Além destes, dependem dos

engenheiros agrônomos da cooperativa (Cotriel) e da Emater. O custo do operador é de R\$ 10 por hora, pago após o serviço ou pós-colheita. O combustível (óleo diesel), necessário para abastecimento das máquinas é dado pelo produtor quilombola interessado na produção de soja. Para esta safra as sementes foram retiradas na cooperativa e serão pagas pós-colheita.

Apesar da legislação determinar que, tratando-se de titulação de áreas para comunidades quilombolas, estas devem ser utilizadas através de projetos coletivos, existe uma parcela da comunidade que defende a ideia da divisão em lotes da área, por entenderem que cada um deve produzir o que quer e conforme suas condições. Mas verifica-se, mesmo que informalmente, que há uma divisão em lotes (Figura 16), conforme pode-se visualizar em visita de campo, e segundo um dos entrevistados, que defende o uso coletivo, se fosse de uso coletivo, todos iriam ganhar.

Sou contra a apartação de lote, no coletivo tu planta para todos e todo mundo vai pagar. Conseguir um crédito na cooperativa, tira o adubo, os venenos e a semente a gente podia arrumar com um granjeiro emprestado. Na cooperativa desconta tudo que pegou lá. Paga toda a dívida. Paga a semente. Aquilo que sobrou é lucro. Daí a gente reparte (Entrevistado 35).

Figura 17 - Palanque demarcando a divisão de lotes na “área nova”



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Esta é uma questão que deixa dúvidas, quanto a viabilidade e inviabilidade de se manter projetos coletivos. Como pode-se verificar uma minoria tem um pensamento de que com a implantação deste novo tipo de cultura (soja) podem ter um ganho financeiro e

notadamente estas pessoas, já possuem algum conhecimento no manejo e cultivo do grão, enquanto outros detêm o saber tradicional e histórico de alguns produtos.

O governo, ao implantar uma política de apoio e reparação às comunidades quilombolas, deveria dispor de um suporte para produção agrícola, capaz de manter a identidade, valores da cultura quilombola. Talvez, apoiar a produção em maior escala, daqueles produtos que fazem parte da raiz quilombola, como a mandioca, milho, feijão, amendoim ou quem sabe manter a policultura tradicional.

A luta e defesa de alguns agricultores quilombolas para manter projetos individuais tem a ver com a proteção de seu patrimônio e sua identidade. E, na verdade, não se trata de individual e sim comunitário. O que defendem é a manutenção do cultivo dos produtos que já conhecem o manejo e fazem parte de sua base alimentar. Ignora-se o fato, dos quilombolas não estarem interessados na comercialização. Supõe-se que quem recebe a terra do governo é obrigado a produzir para comercializar, para entrar no mercado do agronegócio.

Ignora-se também o patrimônio imaterial desta população, em nome de um projeto de desenvolvimento que vem carregado de exigências, incertezas de mercado, necessidade de domínio de tecnologias modernas e utilização de agrotóxicos. Aposta-se no ganho financeiro e no interesse das indústrias.

Pode-se considerar que entrar no ramo da agricultura mecanizada, quem sabe no agronegócio é um risco muito grande para essa população. Não só no sentido de perdas materiais e financeiras, mas sim na perda da sua identidade quilombola, que tem como prática a produção de alimentos, o bem-estar de sua família, as relações de reciprocidade, troca e solidariedade. Deste modo simples, que se dá a sua reprodução social e econômica, através da produção agrícola, o contato com a terra e as relações que se dão neste entre meio.

Questionados durante a pesquisa, sobre qual seria a importância da terra para o quilombola, muitas falas dos entrevistados corroboram com o pensamento de alguns autores já vistos em capítulos anteriores, de que muito além da possibilidade de vir da terra a sobrevivência econômica, é o espaço onde se projeta a identidade étnica e a solidariedade comunitária. A terra, além de ser espaço de produção, são territórios de memória e identidade.

E também aquilo que Buti (2014), apresentou em seus estudos, de que plantar para o remanescente de quilombo, é mais que uma ocupação, é uma prática necessária em seu cotidiano, um ofício que compõe a identidade agrícola e quilombola. O “saber plantar”, é transmitido de geração em geração. E, não plantar o próprio alimento é tido como um “desgosto”.

Se persistirem com a tendência do coletivo, que busca a produção de monocultura para comercialização, a comunidade passará por um processo de metamorfose no seu “jeito de produzir”, correndo o risco de perder sua identidade, pois acabarão terceirizando a produção e reprodução quilombola, ao atribuir o processo do plantio mecanizado e mão de obra remunerada para outras pessoas externas à comunidade. As sementes que outrora eram crioulas, serão substituídas pelas geneticamente modificadas e que tem que ser adquiridas de empresas do ramo; os instrumentos de trabalho, que ora eram manuais ou demandavam força braçal, serão substituídas pelos motores, onde basta acionar um botão e seguir em frente. Os saberes tradicionais e populares que até então era com o que esta população contava e acreditava, serão substituídos pelo saber vindo das academias, das grandes empresas e indústrias que padronizaram os processos e tecnologias. O trabalho com a terra, que até então, era para garantir o bem-estar de sua família, a alimentação e a sua reprodução social, tenderá para a busca do ganho financeiro. E isto, não acontece só com os quilombolas, foram muitos agricultores atingidos e modificados a partir destes processos de modernização. O grande alerta, é quanto a possibilidade destes grupos tradicionais, que no passado já foram alvo de injustiças e invisibilidade social, serem extintos, desaparecerem, perderem sua identidade, tornando-se meros agricultores familiares integrados ao mercado e como disse Abramovay (1992), o que se é praticado hoje na agricultura familiar, nada tem a ver com a forma tradicional da agricultura camponesa.

Não é mais a família que vai para a lavoura. Além disto, por mais que haja um esforço de integrarem-se a lógica de mercado que rege as transações do agronegócio, a raiz quilombola permanece arraigada entre os agricultores. Prova disto, é a fala de um entrevistado, que pretende guardar a semente para ter garantias para o próximo ano. Sabe-se que está é prática tradicional do agricultor quilombola, ser um guardião de sementes. Porém, falta conhecimento em saber, que nos dias atuais, há empresas que detêm a semente. Então é necessário comprá-la novamente, porque a do ano anterior não germinará, pois trata-se de semente geneticamente modificada: “meu soja vou deixar na cooperativa, vai tudo para semente, quando precisar, tem. Toda vida, nós temos que pensar no próximo ano. Não adianta nós se esgotar, gastar o dinheiro e no próximo ano nós estar na mesma situação”. (Entrevistado 35)

A grande tendência para estes agricultores, caso permaneçam com a lógica do plantio mecanizado e com a monocultura da soja, é a submissão aos ditames do agronegócio, ou seja, investimentos cada vez maiores e dependência de grandes empresas e instituições financeiras. E, como estes agricultores não são detentores de grandes recursos, não possuem

conhecimento necessário inerente ao plantio desta cultura e possuem pequenas áreas de terra, correm o risco de perderem sua identidade quilombola, de agricultor tradicional e conseqüentemente estarão sujeitos às implicações legais, como a perda da terra e a condição de agricultor tradicional quilombola. Portanto, podem se tornar agricultores familiares plenamente integrados ao mercado, sem nenhuma peculiaridade que os diferencie, conforme visto em Beraldo (2006), quando diz que o agricultor familiar quilombola pode ser considerado como um público diferenciado, pois há uma peculiaridade histórica e cultural que os envolve.

5.5 O Agricultor Quilombola

A atividade quilombola, como já referenciado no capítulo 2, diferencia-se da agricultura familiar, bem como do campesinato. Pois, embora busquem na relação terra, trabalho e família a sua reprodução socioeconômica, acabam voltando-se para o mercado. Ou seja, mesmo o campesino, termo ainda que, vinculado a uma identidade política, que resistiu e ainda resiste as formas de dominação, acabou incorporando em suas práticas a modernização agrícola e uma relação de ganho econômico, mesmo em menor escala, como forma de sustentação. O agricultor familiar atual, tanto no âmbito político como acadêmico, é aquele que acabou incorporar as novas tecnologias disponíveis, acessando políticas governamentais e dispendo de maior qualificação na atividade agrícola. Além disto, o que antes era uma atividade de toda família, hoje acaba sendo executado por uma pessoa apenas que gerencia e contrata mão de obra externa. Ao contrário do agricultor familiar e do campesino, a atividade agrícola quilombola busca no contato com a terra e com os produtos que dela advém uma multiplicidade de dádivas. Para o quilombola, o simbolismo que envolve a relação com a terra, vai além do resultado de uma estratégia econômica, é um conector de relações, com as divindades, com os vizinhos, com as autoridades, com os patrões, com os animais e assim por diante. Mesmo dispendo de maior área de terra para plantar, a maioria quer produzir alimentos para seu sustento físico, para trocar, doar e para alimentar os animais. E isto, faz parte de sua singularidade histórica e cultural. Portanto, é visto que o quilombola não busca o ganho financeiro com a produção de alimentos, pois ele não é um produtor de valor e sim de sentidos.

Quadros (2015), ao estudar a comunidade de Júlio Borges, denominou esta lógica quilombola, de cosmoagricultura ou cosmopolítica, na qual não encontra-se ausente a dimensão mercado, como existem outras entidades mais importantes que interferem na

relação deste quilombola agricultor com a terra, tal como: relações de amizade e camaradagem, as relações com uma ordem divina e interesses políticos.

Como já visto, ao serem questionados sobre qual seria a importância da terra para o quilombola, nenhum dos entrevistados fez relação com o mercado e sim como uma dádiva divina, com o sustento da vida, com a satisfação alimentar.

Para mim a terra é de uma importância grande. A geração quilombola não termina, quero deixar para meus filhos essa herança, que eles continuem plantando colhendo, tirando o sustento para a vida deles (Entrevistada 1). Produzir coisas que a gente se desaperta, ficava anos sem plantar nada. Hoje não precisa comprar (Entrevistada 3). Representa tudo, tendo terra tem vida (Entrevistada 4). A terra é vida, pois nos dá o que comer, é a nossa sobrevivência (Entrevistada 11). Algo maravilhoso que Deus nos deu, com ela podemos prosperar muito (Entrevistada 12). É vida, alimento e sobrevivência (13).

Portanto, tudo aquilo que pode-se visualizar na pesquisa de campo, onde o quilombola produz pensando na sua família, na alimentação, trabalhando sempre em grupos, na parceria, possuindo uma ampla rede de trocas com os vizinhos, parentes, amigos, configura-se numa forma de garantir sua reprodução. Através destas práticas, manifesta-se o sentimento de pertencimento à terra que lhes dá o sustento. Terra é sinônimo de garantia e perpetuação da vida para o quilombola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É um grande orgulho nós chegar até aqui hoje. Agora o dia em que nós for morrer, nós não vamos com aquele sentimento que nós éramos escravo. Hoje nós não somos mais escravos, de estar trabalhando para os outros, bem dizer de graça. Hoje nós temos com o que se manter, o que plantar. Nós temos terra e muito orgulho de ser quilombola, de nós trabalhar (Presidente da comunidade quilombola de Júlio Borges).

O objetivo principal deste estudo objetivo geral era analisar as estratégias socioeconômicas da comunidade quilombola de Júlio Borges, no Município do Salto do Jacuí, RS, frente ao cenário do desenvolvimento agrário da Região do Alto Jacuí/RS, com vistas a construir elementos para que essa comunidade possa continuar a sua caminhada e manutenção da identidade quilombola.

Embora já se tenham passado mais de 120 anos desde a abolição da escravatura, o Brasil ainda caminha a passos lentos para libertar-se do deusmônio de ser uma “sociedade escravocrata”. Está alicerçado sobre a base do agronegócio e uma economia voltada para exportação, onde uma minoria detém os meios de produção, enquanto que outros ficam privados do desenvolvimento. Neste percurso, muitas bandeiras foram erguidas e conquistas comemoradas, mas muitas lacunas ainda fazem parte desta realidade.

Mesmo vivendo em cativeiro, o escravo utilizou-se de estratégias de forma a manter sua cultura, suas crenças, seja através da dança, da religiosidade e da produção agrícola para garantir a sua alimentação. Ao que é discutido neste estudo como “brecha camponesa”, onde os senhores de escravos, davam autorização para que os cativos pudessem plantar em algum dia da semana, a fim de garantir sua alimentação e diminuir as despesas da “casa grande”. Talvez esteja aí a origem do agricultor quilombola tradicional.

Ao tornar-se livre, o negro encontrou um espaço fechado, sem condições de igualdade em poder se reproduzir nos âmbitos social e econômico. Não tinha oportunidade do trabalho digno, educação, saúde. Teve de submeter-se ao trabalho precário, continuando na dependência de “bons senhores”. Muitos buscaram abrigo nas áreas de mata, sempre em

grupos e ali conseguiram consolidar uma rede de sobrevivência e manutenção de suas famílias.

No Rio Grande do Sul a mão de obra escrava esteve presente nas estâncias, nas charqueadas, nos trabalhos domésticos e também na coleta da erva-mate. Da mesma forma, como no restante do país, após a abolição, o ex-escravo encontrou os espaços fechados para sua reprodução, pois o Estado foi formado com base na grande propriedade, com criação de gado extensiva e nesta época já estava com suas terras praticamente todas ocupadas.

Com a chegada dos imigrantes europeus, o ex-escravo passou a disputar as áreas de mata e floresta até então ocupadas. Aqueles que estavam ligados a um grande proprietário de terras, poderiam habitar as áreas de floresta, dentro das estâncias, ofertando alimentos e mão de obra em determinadas épocas do ano, em troca do uso da terra, conforme muitos relataram, “trabalhando de dia, para comer de noite”. Os imigrantes chegaram, atraídos pelo Governo com a finalidade de produzir alimentos, considerando que havia o risco no país de uma crise de abastecimento. Para vinda desta população, era garantida a posse de terras por parte do governo e algum outro subsídio financeiro. Inicia assim, a expulsão das famílias negras, que minimamente garantiam sua sobrevivência nestas áreas de mata.

Essa realidade permaneceu durante o século XIX, onde as famílias negras permaneceram em constantes migrações e itinerâncias em busca de trabalho e garantias mínimas de sobrevivência. Neste percurso, foram alvo de violências, privações, e processos de aculturação.

As famílias estabelecidas na comunidade Quilombola de Júlio Borges são exemplos deste processo. Ao chegarem na região do Alto Jacuí (década de 60 e 70), atraídos pela possibilidade de trabalho em propriedades extrativas da pedra ágata, tiveram da mesma forma de submeterem-se ao trabalho penoso, sem garantias, e baixa remuneração. Por algum tempo, permanecerem acampados em barracos, com pequenas plantações ao redor e com o passar do tempo foram trazendo os demais familiares. Muitos conseguiram a posse de pequenos terrenos até 1 (um) hectare, para construção de suas casas, outros adquiriam em troca de trabalho e ainda aqueles que receberam como herança. Assim se formou a Comunidade Quilombola de Júlio Borges.

O passado para as famílias quilombolas que participaram deste estudo, é tido como uma época difícil, com arbitrariedades, com muito trabalho “para os outros” e pouco retorno. Consideram que hoje vivem muito melhor.

O considerar que “hoje está melhor” para estes agricultores quilombolas, se deve a dois fatores: a recente conquista da terra (2014) e à produção agrícola mecanizada. Não

precisam trabalhar para os outros, “bem dizer de graça” ou “trabalhar de dia para comer de noite”. A conquista da terra representa a posse dos meios de produção, não mais terão de submeterem-se ao trabalho “bem dizer escravo”. E a produção mecanizada, para muitos ainda soa como algo estranho, mas sabem que isto facilitou a vida de muitas pessoas.

Ao analisar as transformações e tendências produtivas da Comunidade Júlio Borges, pode-se dizer que há um grande número de agricultores quilombolas que mantêm suas características ligadas aos seus ancestrais, com o plantio da mandioca, milho, feijão, amendoim, utilizando-se das ferramentas manuais e dos saberes transmitidos de geração a geração. Porém, há aqueles agricultores, que foram atraídos pela facilidade do uso da mecanização agrícola e das monoculturas, no caso, a produção de soja.

Convém dizer, que trata-se de um povo sofrido, que lutou muito para a conquista da terra e sempre buscou, mesmo que em pequenos espaços ou na terra dos outros, garantir seu sustento e vida por meio de seu trabalho agrícola. Os agricultores quilombolas têm uma racionalidade econômica diferenciada dos demais agricultores familiares da região do Alto Jacuí. Na sua raiz cultural, estão famílias que buscam pertencer à terra e não a terra lhes pertencer. Plantar para o quilombola é mais que uma ocupação, é uma prática necessária em seu cotidiano, uma atividade que compõe a sua identidade agrícola.

Se até então, os quilombolas praticavam uma agricultura voltada, prioritariamente a satisfazer suas necessidades vitais e alimentação, com o plantio dos alimentos tradicionais, hoje buscam a sua reprodução econômica na pluriatividade. Esta busca por outra forma de reprodução, surge como uma estratégia de sobrevivência, que a própria estrutura social exige e é desenvolvida através dos trabalhos não agrícolas fora da Comunidade, senda esta a sua fonte de renda principal, e também, sobrevivendo de renda oriunda da mão de obra na атаção de fumo e na pedra ágata.

Porém, com a área nova tendem a seguir a mesma lógica econômica de outros agricultores familiares da região, estão no mesmo processo de metamorfose, pois acabam terceirizando a produção e reprodução quilombola. Caso permaneçam nesta lógica, terão como consequências a perda da identidade camponesa e quilombola. Portanto, integrarem-se a este modelo é esquecer sua cultura, sua tradição e seus saberes. Cabe ao agricultor familiar quilombola, encontrar um equilíbrio nas relações de produção de forma a manter sua identidade e autonomia frente aos processos de pauperização camponesa.

Optar por integrar-se a um novo modelo de produção, significa a perda da identidade quilombola. Porém, deve-se dizer, que a conquista da terra é sinal de desenvolvimento para esta população. Ainda há, muita vulnerabilidade dentro da comunidade, baixa escolaridade,

precariedade das moradias, insegurança alimentar, doenças, mas representa o início de uma melhoria de vida. O processo é lento, mas desde agora deve contar com políticas públicas consistentes de apoio às comunidades tradicionais. Não basta ter a posse da terra, é necessário apoio para desenvolver a comunidade como um todo, especialmente respeitando “o jeito de ser quilombola”, que possui características próprias de reprodução social e econômica.

O grande patrimônio dos quilombolas é a sua história, os seus saberes e práticas, é algo imaterial, que não se pode tocar, mas representa o “ser quilombola”. Sua maneira de se relacionar com os vizinhos e parentes, as relações de troca e reciprocidade, seu jeito de plantar, sua alimentação e o trato com a família são subjetividades de uma riqueza imensurável.

Quanto aos fatores limitantes para o desenvolvimento da pesquisa pode-se relacionar a carência de informações concisas sobre quais os benefícios recebidos por meio do poder público. Os integrantes da comunidade não sabiam informar, pois sempre dependeram de pessoas externas à comunidade. Além disto, por mais que a pesquisadora tivesse contato anterior com a comunidade, houve certa resistência de alguns moradores em prestar informações, especialmente relacionadas à renda e produção.

Sugere-se como foco de outros estudos, analisar ou buscar alternativas sustentáveis e viáveis para reprodução social e econômica dos quilombolas, de modo a garantir seu desenvolvimento, mas ao mesmo tempo, conquistar melhorias de vida, sem a perda da identidade. Além disto, seria pertinente, após determinado tempo da realização desta pesquisa, retornar a comunidade para verificar quais os produtores deram prosseguimento na produção de grãos (soja) e quais os que permaneceram na lógica quilombola e quais os desdobramentos da possível escolha dos agricultores.

A partir do que foi lido e pesquisado, pode-se dizer que o estudo trouxe avanços significativos no conhecimento da realidade quilombola, especialmente na região do Alto Jacuí. A Universidade de Cruz Alta, que é a principal fonte de estudos científicos na região e que possui diversas pesquisas no tema do desenvolvimento agrícola e agrário da região, agora pode contar também com subsídios de informações acerca de uma comunidade quilombola, que carece ainda de transformações sociais e culturais. Ao mesmo tempo, necessita de proteção ao seu patrimônio material e imaterial. Acredita-se que o conhecimento é o maior gerador de desenvolvimento, especialmente se focado no desenvolvimento humano e responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALÉSSIO, Atílio. **As relações entre os grupos rurais de Cruz Alta, num processo de modernização da estrutura produtiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANJOS, José Carlos Gomes dos.; SILVA, Sergio Baptista da. (org.). **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

AVANCINI, Elsa Gonçalves. **O sagrado na tradição africana e os cultos afro brasileiros**. In: RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BAKOS, Margaret Marchiori. **RS: escravidão e abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BERALDO, Neide Aparecida da Silva. **Agricultores quilombolas, mediadores sociais e segurança alimentar: uma análise a partir das condições e estratégias de acesso aos alimentos da comunidade Moçambique/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BERGER, Marc. **O quilombo: forma de resistência histórica dos escravos**. Tradução: Victória Gondim-Jacobi e Bernardete Biasi. Ed. Grin Verlag: Nordesrstedt Germany, 2007.

BRANDEMBURG, A. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. In: Ambiente e Sociedade. Campinas, SP: v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul-dez 2010.

BRASIL. Lei nº 12.512 de 07 de fevereiro de 2007. Inclui as comunidades tradicionais no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Presidência da República.

Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm Acesso em 10/06/2015.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Institui o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/837541.pdf>> Acesso em 10/06/2015.

BRUM, Argemiro. **Rio Grande do Sul: crise e perspectivas**. Ijuí: Unijuí, 1988.

BUTI, Rafael Palermo. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da Comunidade Quilombola de Julio Borges (Salto do Jacuí)**. Porto Alegre: INCRA, 2014.

CANDIDO, Antonio. **As formas de solidariedade**. In: WELCH, Clifford Andrew (org.). *Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês. O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

FONSECA, João José Saraviva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FURSTENAU, Vivian. **O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965-1984**. Porto Alegre: FEE, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A estrutura agrária**. In: GRAZIANO DA SILVA, José (org.) *Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária**. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KAGEYAMA, Angela. **A questão agrária brasileira: interpretações clássicas**. Reforma Agrária: boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 23. N. 3, 1993.

LAMARCHE, Huges. **Por uma teoria da agricultura familiar**. In: LAMARCHE, Huges (coord.). *A agricultura familiar: do mito a realidade*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988

MAESTRI, Mario José Filho. **O escravo no RS: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST e UCS, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 3. ed. São Paulo: Global, 1996.

MATOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do cativo: família trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAZOYER, Marcel. **Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas**. Rio de Janeiro (Textos para Debate, 37), 1991.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Tomson, 2002.

MERA, Claudia Maria Prudencio de. **População rural na região do Alto Jacuí/RS: análise sob a perspectiva do desenvolvimento agrícola**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40232/000821336.pdf?sequence=1>. Acesso em 03 de fev. 2016.

_____. **O desenvolvimento agrícola e agrário na região do Alto Jacuí/RS**. In: MERA, Claudia Maria Prudencio de. (org.). *A gestão da atividade leiteira nas unidades de produção familiar do COREDE Alto Jacuí/RS*. Cruz Alta: UNICRUZ, 2014.

MERA, Guilherme. (Fotógrafo). 2015. **Vista aérea da Comunidade Quilombola de Júlio Borges/Agrovila** (Fotografia). 25 de julho de 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MÜLLER, Cintia Beatriz. **Comunidade remanescentes de quilombo de Morro Alto: uma análise etnográfica dos campos de disputa em torno da construção do significado da identidade jurídico-política de “remanescentes de quilombos”**. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRGS, Porto Alegre, 2006.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v.15, n. 43, 2001.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato, reprodução e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena**. In: 24^a Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa: campesinato e representação do rural, reprodução e reenquadramento sociais. Olinda, 12 a 15 de junho de 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2002. (ver)

ORTIZ, Helen Scorsatto. **O banquete dos ausentes: a lei de terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPS, 2011.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Milena Silvester. **O próximo do território quilombola: a cosmopolítica dos moradores de Júlio Borges**. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia). UFRGS, Porto Alegre, 2015.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1979.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

RIBEIRO, J. L. D. & NODARI, C. T. **Tratamento de dados qualitativos: técnicas e aplicações**. Porto Alegre: FEENG/UFRGS, 2001.

RUBERT, Rosane Aparecida. **Comunidades negras rurais do RS: um levantamento socio-antropológico preliminar**. Porto Alegre: RS-Rural / IICA, 2007.

RUCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul, 1827/1931**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SACCO DOS ANJOS, Flavio. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

_____. **Teoria social, agricultura e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 99 a 120, fevereiro de 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Paulo Sergio da. **Mediação social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul**. In: RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16024/000660556.pdf?sequence=1>. Acesso em 03 de fev. 2016.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária e o socialismo**. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.) **Agricultura Familiar realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Cruz Alta: as perspectivas do desenvolvimento um estudo sócio-econômico prospectivo**. Cruz Alta: APROCRUZ, 1989. 390 p.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijui, 2002.

ZUIN, Luiz Fernando; ZUIN, Poliana Bruno. **Produção de alimentos tradicionais: extensão rural**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa/Questionário aplicado às famílias da Comunidade Quilombola de Júlio Borges



PROJETO DE PESQUISA: ESTRATÉGIAS SOCIECONÔMICAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES, FRENTE AO CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ALTO JACUÍ/RS

Mestrando: Cinara Fontoura Dorneles Machado

Orientador: Prof. Dra. Claudia Maria Prudêncio de Mera

QUESTIONÁRIO PADRONIZADO

Data: ____/____/2015.

Questionário n°: ____

I - DIAGNÓSTICO GERAL

- 1) Identificação do Informante (Opcional): _____
Fone: _____
- 2) Você é um agricultor?
- 3) Quantos hectares de terra são destinados à sua família (apenas a área da casa ou não)?
- 4) Quantas pessoas residem na sua casa: _____

Nome	Grau de parentesco com o produtor	Idade	Tipo de trabalho que exercem na propriedade	Escolaridade

- 5) Existem pessoas da família que trabalham em atividades **fora da comunidade**, quais as razões que os levaram a fazer isto? Quem são eles e qual atividade?
- 6) As pessoas que trabalham em atividade **fora da propriedade** contribuem com as despesas da família? (sim ou não) Com quanto? (Por semana ou por dia especificar e perguntar quanto ganha em semana que dá bem e a que não dá bem)

7) Quanto é a renda sua família? Com quanto cada uma destas atividades contribui:

Atividades	R\$
Aposentadoria	
Pensão	
Trabalho fora agrícola	
Trabalho fora não-agrícola	
Trabalho agrícola Mandioca Leite Feijão Amendoim Outros:	
Bolsa Família	
Outros benefícios	

8) Detalhamento das atividades de produção vegetal no território:

Produto	Área plantada em ha	Quantidade colhida	Destino da produção Quantidade e preço obtido				
			Comércio ou Venda		Para o Consumo familiar	Para Semente	Para consumo animal
			Quantidade	Valor/Unidade			

9) Se comercializa qual a estratégia de venda (para quem vende, quem ajuda a vender)

10) Animais Disponíveis

Animais de produção	Quantidade de animais	Animais vendidos	Preço animais vendidos	Consumo familiar , especificar kg ou unidade
Bovinos				
Touros				
Vacas				
Novilhas				
Terneiros				
Bois para trabalho				
Boi				
Aves				
Galinha caipira				
Frango de corte				
Suínos				
Ovinos				
Equinos				

11) Produtos de Origem Animal e outros

Especificação	Quantidade produzida por dia	Quantidade vendida	Preço unidade	Consumo familiar
Leite				
Mel				
Ovos				
Chimia				
Bolacha				

12) Como é feita a compra dos insumos para produção de lavoura e de pecuária? (cooperativa, em conjunto,...)

13) Detalhamento das Benfeitorias (casas)

Especificação	Quantidade	(1) Alvenaria (2) Madeira (3) Mista	Idade do bem ou ano de construção	Área construída em m ²

14) Em relação a sua residência, o que o senhor considera de valor? E o que o(a) sr(a) não tem que gostaria de adquirir?

15) Detalhamento das máquinas e equipamentos (se tem motosserra, trituradeira, trator, arado, etc...)

Especificação	Quantidade	Ano de aquisição

16) Possui financiamentos/empréstimos/dívidas? Se sim qual instituição, modalidade, destino e se tem alguma dificuldade ao acesso de crédito? E porque do endividamento?

17) Quem presta auxílio na hora de plantar e colher? Precisa pagar? Quais as políticas que o senhor não tem acesso e que gostaria de ter?

18) Como era a vida antigamente (há 30-35 anos atrás) ? O que plantavam, Como faziam, do que viviam e o que faltava?

19) Tinham terra para plantar?

20) Dos tempos dos antigos para o tempo em que o(a) senhor(a) plantava, o que mudou? Acha que antigamente era melhor ou hoje?

21) Existem dificuldades para viver na comunidade quilombola? Se sim, quais são?

22) O que representa a terra para você?

23) Para você o que é ser quilombola?

- 24) O que é feito para preservar a história e o modo de vida de seus antepassados?
- 25) Quais são as práticas religiosas que você e sua família adotam? Desde quando?
- 26) Participa de atividades conjuntas com os demais membros da comunidade? Se sim, quais?
- 27) E atividades de lazer quais são? Sente falta de alguma outra atividade?
- 28) Você tem acesso aos serviços básicos de saúde, educação, água, luz? Existem dificuldades?
- 29) Quais são seus projetos para o futuro em relação à comunidade quilombola? O que você deseja para a comunidade?
- 30) Que você sonha/deseja para seus filhos? Gostaria que eles permanecessem na agricultura e na comunidade?
- 31) Quais seus planos para a “terra nova”? Vai plantar no coletivo ou individual?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **“ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JÚLIO BORGES FRENTE AO CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ALTO JACUÍ/RS”**. No caso de você autorizar a sua participação, favor rubricar todas as folhas e assinar ao final do documento. A participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir da permissão e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Pesquisador Responsável: Cinara Fontoura Dorneles Machado, Mestranda em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: cinarafdm@hotmail.com Bolsista PROSUP/CAPES. Telefone de Contato: 55.9618.2406.

Contato da Comissão de Ética e Pesquisa da Universidade de Cruz Alta: Fone 55.3321.1618 – O comitê de Ética e Pesquisa foi criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integralidade e dignidade, além de contribuir no desenvolvimento de pesquisa dentro de um padrão ético.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cruz Alta (CEP/UNICRUZ) é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo.

Orientadora: Prof^ª Dra. Cláudia Prudêncio de Mera

OBJETIVO: Analisar as estratégias socioeconômicas da comunidade quilombola de Júlio Borges, no Município do Salto do Jacuí, frente ao cenário do desenvolvimento agrário regional, com vistas a construir elementos para que essa comunidade possa continuar a sua caminhada e manutenção da identidade quilombola.

JUSTIFICATIVA: Esta pesquisa é parte integrante de um estudo sobre esta comunidade quilombola, a fim de conhecer quais os seus modos de vida frente a um modelo de sociedade historicamente excludente. Tem como pesquisadora responsável, eu, Cinara e como orientadora do estudo a professora Claudia Mera. A instituição a que estamos ligadas é a Universidade de Cruz Alta, Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Tal estudo teve motivação através dos trabalhos de acompanhamento realizados pela Cáritas Brasileira – Diocese de Cruz Alta. Após a realização desta pesquisa, onde pretende-se entrevistar cada família integrante da comunidade, será feita uma análise dos dados coletados e ao final haverá um resultado da pesquisa que será apresentado publicamente à comunidade. Na entrevista, contém perguntas relacionadas ao modo de produção, aos aspectos históricos, e alguns itens sobre as estratégias de reprodução social e econômica de vocês e características deste lugar. Serão resguardados os nomes dos entrevistados.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Caso o(a) Sr.(a) concorde em participar, você responderá um questionário, o qual está em anexo. A sua imagem e o nome estão resguardados.

Entrevistas pré-agendadas, orais, feitas pelo próprio pesquisador que fará as anotações no ato da entrevista. Individual.

RISCOS E DESCONFORTOS: Os riscos e desconfortos que podem ser provocados pela pesquisa são mínimos e menores que os possíveis benefícios a esta comunidade. Caso o(a) Sr(a) tenha qualquer desconforto ou risco, tem o direito de não permitir a continuação da mesma, sem quaisquer prejuízos. De qualquer forma, elencamos riscos e desconfortos possíveis.

Risco Intelectual – Pela complexidade de linguagem das perguntas. Para evitar isto estamos adequando linguagem e a organização das perguntas ao nível de compreensão das comunidades rurais já caracterizadas por nós, como de baixa escolarização. E, no momento da apresentação do projeto e do TCLE, abordaremos o conteúdo de maneira informal, com linguagem simples e aberto para perguntas e questionamentos, os quais serão esclarecidos.

Risco Espiritual – talvez algum constrangimento por exporem práticas religiosas que ainda encontram preconceitos na sociedade. Como atitude de cautela, não serão feitos nenhum comentário sobre qualquer religião ou prática religiosa, apenas serão coletados os dados sem qualquer juízo de valor. Além disto, o entrevistado estará livre em manifestar que não deseja responder ao questionamento.

Esclarecemos, que qualquer violação à sua integridade, enquanto participante da pesquisa, você tem a garantia do direito a indenização diante de eventuais danos decorrentes, conforme Resolução nº 466 de 2012 do CNS.

BENEFÍCIOS: Os resultados serão apresentados aos entrevistados e responsáveis em momento oportuno, através de um encontro público, onde todos os participantes e comunidade em geral serão convidados a participar onde serão demonstrados os benefícios obtidos com a pesquisa.

Benefícios diretos previstos:

– Através dos resultados da pesquisa eles saberão a importância de manterem a sua identidade e preservação do saber popular, mantendo uma agricultura tradicional. Caso optem em integrarem-se à agricultura moderna saberão que estarão sujeitos a lógica de capitais e mercados que movem este tipo de “negócio”.

– Contribuir para implementação de políticas públicas que atendam essa população, bem como as demais comunidades quilombolas, seja em nível municipal, estadual ou federal.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto com a sua participação na entrevista/pesquisa. Também não receberá nenhum pagamento com a sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Você em momento algum precisará se identificar para realizar a pesquisa e, ainda que se identifique (apondo sua assinatura abaixo deste documento) sua identificação será mantida em sigilo, ou seja, você não terá, em momento algum, seu nome vinculado à pesquisa.

Os materiais coletados na pesquisa ficarão em posse desta pesquisadora pelo período de 1(um) ano após a finalização da dissertação, Após isto, serão inutilizados.

Este termo foi elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará conosco (pesquisador) e a outra via com você (participante da pesquisa).

Assinatura do Pesquisador Responsável:

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA

Declaro que li ou foi me lido as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado pela pesquisadora Cinara Fontoura Dorneles Machado acerca dos objetivos, procedimentos do estudo que serão utilizados, os riscos e desconfortos, os benefícios, que não haverá custos/reembolsos aos participantes, da confidencialidade da pesquisa,

concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Cruz Alta, ____ de _____ de 2015.

(Assinatura)